

ISSN 2238-118X



CADERNOS CEPEC

V. 1 N. 8 Julho de 2012

**Desenvolvimento Regional e a Dinâmica das Cidades na Amazônia
paraense: uma abordagem histórica**

David Ferreira Carvalho(*)

André Cutrim Carvalho()**

Cleo Conceição Resque de Oliveira(*)**

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia


**Programa de Pós-graduação
em Economia da UFPA**


CEPEC/UFPA
Centro de Pesquisa Econômica

CADERNOS CEPEC

Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará

Periodicidade Mensal – Volume 1 – N° 8 – Julho de 2012

Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy

Vice Reitor: Horácio Shneider

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Diretor: Marcelo Bentes Diniz

Vice Diretora: Maria José de Souza Barbosa

Coordenador do Mestrado em Economia: José Nilo de Oliveira Júnior

Editores

José Raimundo Barreto Trindade

Sérgio Rivero

Conselho Editorial

Armando Souza

Marcelo Diniz

David Carvalho

Raimundo Cota

Francisco Costa

José Nilo

José Trindade

Danilo Fernandes

Gilberto Marques

Sérgio Rivero

Gisalda Filgueiras

Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao

Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:

cepec.ppge@gmail.com.

Página na Internet: www.ufpa.br/cepec/

Cadernos CEPEC

Missão e Política Editorial

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km², o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

Instruções para submissão de trabalhos

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editoriais, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

Desenvolvimento Regional e a Dinâmica das Cidades na Amazônia paraense: uma abordagem histórica

David Ferreira Carvalho(*)

André Cutrim Carvalho()**

Cleo Conceição Resque de Oliveira(*)**

Resumo

O objetivo deste ensaio é esboçar uma análise histórica dos efeitos da inserção da Amazônia paraense no contexto nacional e internacional recente, em seus traços gerais, por meio das ações das políticas de *integração nacional* sobre a formação sócio-espacial do Pará – Amazônia Paraense – com destaque sobre o processo de *urbanização*.

Abstract

The purpose of this paper is to outline a historical analysis of the effects of insertion of the Amazon in Pará recent national and international context, in its general features, through the actions of national integration policies on the socio-spatial formation of Pará – Para Amazon – with emphasis on the process of urbanization.

Palavras-Chave: Integração, formação sócio-espacial e urbanização.

Keywords: Integration, socio-spatial formation and urbanization.

(*) Pós-Doutor em Economia pela UNICAMP. Prof.-Pesquisador da UFPA

() Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UNICAMP. Prof.-Pesquisador da UFPA**

(*) Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Prof.-Pesquisador da UFPA e Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas Aplicadas**

Belém-Pará (2012)

Introdução

Antes de tudo é preciso alguns esclarecimentos sobre a economia da Amazônia brasileira. Na verdade, do ponto de vista da geografia econômica, a Amazônia não é uma região homogênea como se possa pensar num primeiro momento. A ampla diversidade econômica, social, cultural e ambiental é a principal característica dessa região-continente conhecida por *Amazônia*. De fato, é hoje aceito que na Amazônia há várias “Amazônias” qualquer que seja o critério adotado para caracterizá-las. Acontece que essa diversidade geográfica da Amazônia brasileira padece de um sério problema: uma dificuldade quanto à atualização dos dados estatísticos fornecidos pelo IBGE, seja pelos atrasos das pesquisas e censos, seja pela ausência de dados econômicos desagregados nos níveis desejáveis à análise urbana e rural dos estados da Região Norte do Brasil. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), importante na identificação dos indicadores sócio-econômicos, só passou a incorporar realmente dados relativos às áreas rurais a partir de 2000.

As estatísticas da *Amazônia Legal* produzidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) ficaram defasadas depois da sua extinção. Espera-se que, com a recriação da SUDAM, esta importante atividade de produção de estatísticas retorne a sua normalidade. Contudo, exceto quando necessário, os dados estatísticos que servirão de base à análise macrorregional dizem respeito à Região Norte – chamada de *Amazônia Clássica*. Tal opção é plenamente justificada por duas razões: 1) a Amazônia Clássica abriga a região fisiográfica da grande bacia hidrográfica da Hiléia; 2) a Amazônia Clássica dispõe dados estatísticos quantitativos periodicamente sistematizados por unidades da federação em diversos níveis geográficos – estados, mesorregiões, microrregiões e municípios – o que não acontece com a região-programa para fins de planejamento regional – a Amazônia Legal. Não obstante, a Amazônia Clássica é freqüentemente dividida em duas regiões: a Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental, que compreende os estados do Pará e Amapá. Para fins deste ensaio denomina-se *Amazônia paraense* a parte da geografia da Amazônia Oriental correspondente ao estado do Pará.

O critério de periodização adotado para descrever o processo de ocupação do espaço-território da economia paraense não é a dos tradicionais ciclos de produtos básicos – ciclo das drogas dos sertões, ciclo da borracha, ciclo da pecuária, ciclo da mineração – mas o critério definido pelas características dos padrões de ocupação e desenvolvimento da produção econômica no espaço social e humano que envolve determinações da formação do mercado nacional (fatores internos) e do mercado internacional (fatores externos) e a presença mediadora do Estado.

O objetivo deste ensaio é esboçar uma análise histórica dos efeitos da inserção da Amazônia paraense no contexto internacional e nacional, em seus traços gerais, por meio das ações das políticas de *articulação internacional* e de *integração nacional* sobre a formação sócio-espacial do Pará, com destaque sobre os seus aglomerados urbanos. Por isso, buscou-se organizar o presente artigo em três seções: na primeira, busca-se descrever a gênese e o desenvolvimento histórico dos padrões regionais de ocupação da formação sócio-espacial da economia paraense, a partir da introdução de determinados elementos

conceituais da nova geografia; na segunda, busca-se analisar a dinâmica dos processos de concentração-desconcentração inter-regional no Brasil como uma consequência do recente processo de integração do mercado nacional num contexto de globalização; por fim, na terceira seção, completa-se a análise examinando as características da recente expansão da urbanização na Amazônia paraense.

2.1. Padrões Regionais de Ocupação Territorial na Amazônia paraense

A Amazônia e a Antártida são as duas últimas regiões de fronteira com o maior potencial de recursos naturais para serem exploradas economicamente. Porém, sem dúvida, dentro os países da Pan Amazônia (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa) é a parte da Amazônia brasileira que se encontra em um estágio mais avançado de exploração econômica dos seus recursos naturais. Dos 7,5 milhões de km² de área da Pan Amazônia cerca de 45% corresponde a parte da Amazônia do Brasil. É muito comum as pessoas confundirem Amazônia Clássica, conhecida como Região Norte do Brasil segundo a classificação do IBGE, com a Amazônia Legal. A Amazônia Clássica compreende sete estados: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. A Região Norte possui a maior área territorial do Brasil, equivalente a cerca de 45% do total do território brasileiro. Em 1953 foi instituída a Amazônia Legal, criada pela Lei nº 1806, de 6/01/1953, para fins de planejamento regional e abarcando a Região Norte mais os estados de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão – a oeste do meridiano de 44° WGr. A área da Amazônia Legal corresponde a 56% do território do Brasil.

Tanto historiadores quanto economistas costumam classificar a Amazônia Clássica em duas: a Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) e a Amazônia Oriental (Pará, Amapá e hoje o Tocantins). A Tabela 1 apresenta a evolução da população e área territorial da Amazônia Clássica (Região Norte) e da Amazônia Legal.

Tabela 1: Território e Evolução da População da Amazônia Brasileira: 1890-1960

Estados	Área (1000 km ²)	População (1000 hab.)					
		1900	1920	1940	1950	1960	1970
Acre	152		92	79	115	158	215
Amapá	139				37	68	114
Amazonas	1558	249	363	438	514	709	955
Pará	1227	446	988	945	1123	1529	2167
Rondônia	243				37	69	111
Roraima	230				18	28	41
Tocantins	285						595
Região Norte	3553	695	1.443	1462	1844	2561	4198
Mato Grosso	881						601
Maranhão-Norte	257						2459
Amazônia Legal	4978						7258
Brasil	8511	17.438	30.636	41.293	51.944	70.070	93139

Fonte: IBGE (vários números do Anuário e Censos); BENCHIMOL (1996)

No passado a chamada Amazônia Oriental era constituída pelo território do “Grande Pará”, formado no passado pelos estados do Pará e do Amapá. Como se sabe, foi à exploração extrativa do minério de manganês, pela ICOMI, que levou o governo federal a criar o território federal do Amapá – por desmembramento do território do Pará – hoje transformado num estado-membro da federação brasileira. A Amazônia paraense, como parte da Amazônia Oriental, concentra em seu espaço a maior reserva diversificada de recursos naturais, existente no planeta terra, representada pela sua imponente floresta

tropical úmida, pelo seu imenso potencial hídrico-energético de água doce, pelo seu imenso e diversificado potencial mineral, pela sua biodiversidade genética em termos de fauna e de flora e pelos ecossistemas aquáticos. Essa grande concentração de múltiplos recursos naturais torna a Amazônia, ao lado da Antártida, uma das últimas fronteiras de recursos naturais do mundo. Com o esgotamento das fontes de recursos em outros continentes e a implantação das grandes rodovias de penetração ligando a Região Norte ao resto do Brasil e aos países vizinhos da Pan Amazônia, a Amazônia paraense adquiriu um novo dinamismo que merece ser analisado à luz da sua trajetória histórica.

2.1.1. A Amazônia como formação econômico-espacial: conceitos da geografia nova de Santos

A geografia física e a geografia econômica quantitativa têm como referência para a definição do padrão de ocupação e desenvolvimento regional a idéia de um espaço-território imutável, isto é, não é levada em conta a dinâmica das mudanças espaciais historicamente determinadas. A *geografia nova* toma a dimensão humana como referência, mas dentro do contexto histórico da evolução do modo de produção capitalista em suas relações sociais e avanço de suas forças produtivas capitalista no espaço de produção de produção e circulação de mercadorias entre a economia internacional e nacional. Por isso, talvez, a referência mais indicada para servir de base para descrever o processo evolutivo da base produtiva no espaço-território da economia paraense, sejam os conceitos formulados por Milton Santos (1978) no seu clássico livro “Por uma geografia nova”. Embora não seja nossa intenção resgatar ou resenhar o conjunto dos fundamentos teóricos da geografia nova de Milton Santos, alguns conceitos básicos importantes estarão presentes na construção deste ensaio que trata dos padrões da ocupação e desenvolvimento da Amazônia paraense.

A caracterização dos padrões de ocupação e desenvolvimento da região amazônica pressupõe a existência histórica de um modo social de produção humana historicamente determinada – o modo de produção capitalista. O modo de produção capitalista, desde sua origem na Inglaterra, erigiu-se com base na propriedade privada – que historicamente opõe a exploração da natureza pelo homem – e numa relação social de produção, comercialização e distribuição de mercadorias mediadas por intermédio da moeda – que historicamente opõe a exploração do homem pelo homem – que é organizada num tipo de cooperação realizada com base na divisão do trabalho (que aumenta a produtividade do trabalho), mas que se sustenta na exploração do trabalho alheio opondo, assim, os interesses entre a classe capitalista (possuidora dos meios de produção) e os trabalhadores (que possuem apenas a sua força de trabalho).

É neste contexto histórico que se pretende explorar alguns dos diversos ensinamentos legados por Milton Santos para situar o recente processo histórico da ocupação humana e do desenvolvimento econômico na Amazônia brasileira, em particular na Amazônia paraense. Na visão de Santos (1978), o ato humano de produzir produtos é igualmente um ato de produzir *espaço*.¹ Toda a produção supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, por meio das técnicas e os instrumentos de trabalho inventados para produzir de bens e serviços. A atividade de produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis.² Neste aspecto, Santos (1978) afirma:

¹ Santos (1978, p.161-162); Santos (1979, p.9-10)

² Santos (1978, p.162-163); Santos (1979, p.10-13)

“De um estágio da produção a um outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização a um outra, o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo história do trabalho produtivo e a história do espaço (...) em as novas atividades exigem um lugar no espaço e impõem uma nova arrumação para as coisas, uma disposição diferente para os objetos geográficos, uma organização do espaço diferente daquela que antes existia”.³

Toda inovação tecnológica é, de certo modo, revolucionária quanto ao comando da criação de espaço pelo homem. A forma de apropriação dos elementos da natureza pelo homem está sujeita aos tipos de relações de propriedades que também definem as relações sociais de produção, o que significa que o critério de periodização aqui adotado pressupõe a existência de uma totalidade social em escala planetária na qual os fatores internos (economia nacional) e externos (economia internacional) e a interação entre eles afetam a forma de ocupação e desenvolvimento de uma região, como a Amazônia, com sua herança histórica. Foram às *empresas transnacionais* os vetores responsáveis pelo transplante do modo social de produção e de consumo de massa capitalista para todas as regiões do globo terrestre.

Neste sentido, com a globalização do consumo de massa, a Amazônia paraense se inseriu na divisão internacional do trabalho como uma região fornecedora de insumos e produtora de bens, com certo grau de elaboração para os mercados, nacional e internacional, e ávida consumidora de bens de consumo.⁴ É a partir dessa *totalidade social*, que é a universalização do modo de produção capitalista em escala planetária, que se pode procurar identificar e analisar os aspectos relevantes que caracterizam os estágios históricos da evolução da Amazônia paraense. Mas, mesmo considerando a importância do conceito de totalidade social, não se pode “estudar o todo pelo todo, pois o risco da tautologia estaria sempre presente, e pode-se, sem dúvida, tratar um dos aspectos de uma forma privilegiada. Seria, entretanto, um erro formidável considerar a renda da terra, ou a forma tomada pela mais-valia, ou a expressão geográfica da luta de classes, ou o papel ideológico da arquitetura e do urbanismo, etc., como se cada uma dessas categorias não se apresentasse como o que ela realmente é, quer dizer, um momento histórico da realidade total, isto é, uma estrutura subordinada e autônoma ao mesmo tempo, autônoma pelo fato de estar dotada de determinações que lhe são próprias.”⁵

O conceito de *formação sócio-econômica* de Marx se presta para se analisar no âmbito de uma dada situação concreta – uma nação ou uma região – a dinâmica das relações sociais existentes entre os diversos modos de produção sobre o comando de um modo de produção dominante. Milton Santos (1978, p. 191) faz uma interessante observação quando diz:

“Quanto às Formações Sócio-Econômicas, podia imaginar-se que essa categoria seria melhor utilizada quando os países fossem dotados de autonomia interna e externa. A verdade, no entanto, é diferente. Quanto, em nosso tempo, os processos propriamente “internos” de produção se externalizam e a produção “exterior” se internaliza, temos como nunca antes, um agravamento das *dependências*, e ao mesmo, as estruturas sócio-econômicas nacionais se tornam, bem mais individualizadas, extremamente diferentes uma das outras”.

³ Santos (1978, 163-164); Santos (1979, p.14-16)

⁴ Santos (1978, p.167-171); Santos (1979, p.16-17)

⁵ Santos (1978, p.194-195)

Além disso, e igualmente como à criação das colônias foi uma necessidade para a expansão do capitalismo no final do século XIX, a presença de um Estado atribui à Formação Sócio-Econômica um quadro político, jurídico, fiscal, financeiro, econômico, social definido, tudo isso tendo como resultado o fato de que a estrutura econômica e social própria a cada Estado-Nação se torna um dado ainda mais específico, historicamente, através de suas próprias transformações operadas sob impulso de um sem-número de fatores internos e externos.

As empresas transnacionais conduziram a globalização do capitalismo em escala planetária. No entanto, o mundo globalizado se apresenta aos seus observadores, que também são seus personagens, como algo bem difícil de compreender, ao menos para àqueles indivíduos mais desarmados das lentes teóricas e históricas deixadas por Marx.⁶ O Estado Nacional, porém, por mais internacionalizado que hoje esteja obrigado a ser, ele aparece visível aos olhos dos observadores como algo fungível, tal como um quadro real, capaz de permitir que se captem e se distingam as determinações que o definem, desde a sua origem até o seu ponto de chegada atual.⁷ Nas palavras de Santos (1978, p. 192):

“Dominado por um modo de produção, o mundo cria objetos segundo uma certa ordem histórica, uma história que envolve a totalidade dos países. É através de cada Formação Social que se cria e recria, em permanência, uma ordem espacial de objetos que é paralela à ordem econômica, à ordem social, à ordem política, todas essas ordens atribuindo um valor próprio, em particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela. Por isso, a Formação Social constitui o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do espaço econômico”.

Contudo, mais uma vez, foi preciso recorrer aos ensinamentos de Milton Santos para dispor de conceitos capazes de diferenciar a totalidade social de uma formação sócio-econômica, e desta de uma *formação sócio-econômica espacial*. De fato, o objeto da geografia nova proposta por Milton Santos (1978) é o estudo das sociedades humanas em sua obra de permanente construção e reconstrução do espaço-território herdado das gerações precedentes, através das diversas instâncias da produção. Assim, o conceito de formação sócio-espacial, criado e desenvolvido por Santos (1978), parece ser adequado para ocupar-se do “espaço humano transformado pelo movimento paralelo e interdependente de uma história feita em diferentes níveis – internacional, nacional, regional e local.⁸ Aqui é preciso distinguir entre a noção de modo social de produção e de formação social. A primeira é responsável pelo valor das formas de todas as espécies, inclusive as formas geográficas, em sua sucessão temporal; sendo este o aspecto da realidade que lhe cabe. A noção de formação social oferece a possibilidade de interpretar a acumulação de capital de distintas formas produtivas no espaço-território.⁹ Numa formação sócio-espacial, o espaço-território não é apenas um reflexo do modo de produção dominante atual porque é a *memória* dos modos de produção pretéritos.¹⁰

De fato, a atual economia mundial, dominada pelo modo social de produção capitalista, produz e realiza uma diversidade mercadorias e ativos que seguem uma determinada *ordem histórica*, uma história cuja trajetória engloba a totalidade dos países capitalistas. É através de cada Formação Social existente num mundo globalizado que se cria e recria, em

⁶ Santos (1978, p.192)

⁷ Santos (1978, p.192-195)

⁸ Santos (1978, p.195-1970)

⁹ Santos (1977, p.1977, p.3-13)

¹⁰ Santos (1978, p.145-152)

permanente mudança das forças produtivas, “uma *ordem espacial-territorial* de objetos que é paralela à ordem econômica, social, política cultural e ambiental, “todas essas ordens atribuindo um valor próprio, particular, às coisas, aos homens e às ações promanando dela”.¹¹ Por isso, a noção de Formação Sócio-Espacial constitui um instrumento legítimo e útil para ajudar na explicação da sociedade humana e do seu espaço-território respectivo. A geografia humana, assim revitalizada por Santos, é a nova disciplina que estuda as formações sócio-espaciais, mas tendo em conta sempre que o desigual desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças nas relações sociais de produção e de troca não se realizam fora do espaço-território. Em síntese, a *história da produção material e a história do espaço humano* numa dada realidade nacional ou mesmo regional completam-se numa única história, a da sociedade capitalista global manifesta na especificidade histórico-espacial de cada Estado nacional.¹²

Por fim, cabe assinalar que se utiliza a expressão *articulação internacional* para caracterizar a fase histórica da *inserção comercial* por meio da *coleta e exportação* dos produtos extrativos vegetais da Amazônia brasileira ao mercado exterior – que se estende por todo o período colonial da economia das “drogas do sertão” até o período republicano do auge, crise e decadência da economia da borracha –, e se usa a expressão *integração nacional* para caracterizar a fase histórica posterior que tem início com os processos de integração nacional da Amazônia brasileira – sob as formas históricas superpostas de integração comercial, integração industrial e de *integração competitiva* no atual mundo globalizado – ao mercado continental brasileiro e ao resto do mundo sob a mediação do Estado nacional.¹³

2.1.2. A articulação internacional das cidades da Amazônia com o mercado exterior

A formação sócio-espacial da Amazônia paraense teve sua ocupação fluvial-territorial encetada nos idos do século XVII. A fundação do Forte do Presépio – que deu origem à cidade de Belém, em 1616, localizada na confluência dos rios Pará e Guamá tributários do rio Amazonas – serviu como sinal de posse e defesa militar da imensidão Amazônica conquistada pela expansão da fronteira sem levar na devida conta os limites demarcados pelo Tratado de Tordesilhas.¹⁴ O Tratado de Madri, de 1750, homologou a posse definitiva do território conquistado por intermédio dessa estratégia. Não só Belém, mas outras cidades amazônicas foram assentadas nas proximidades ou mesmo na confluência dos grandes rios, tais como: Manaus/Rio Negro, Santarém/Rio Tapajós, Cametá/Rio Tocantins, Óbidos/Rio Trombetas, Itacoatiara/Rio Madeira. Entre os séculos XVIII e XIX, a ocupação humana da Amazônia continuou tendo os rios como vetores naturais definidores do padrão de cidades confinadas as margens dos rios – caracterizando uma rede de organização de cidades chamada pelos geógrafos de *dentrítica*.¹⁵ O principal meio de transporte entre as cidades amazônicas era o fluvial. Os grandes rios, principalmente, eram as “estradas em movimentos” que aproximavam os “ribeirinhos” que moravam nessas cidades a beira dos rios. Os transportes ferroviários e rodoviários só tiveram início no final do século XIX e prosseguiu por todo o século XX

A ocupação da formação sócio-espacial da Amazônia ocorreu com colonos, soldados e missões religiosas que tiveram um papel importante na catequese e a submissão das

¹¹ Santos (1978, p.192)

¹² Santos (1978, p. 196-2020)

¹³ Guimarães (1986); Carvalho (2002)

¹⁴ Trindade Jr, Amaral & Santos (2006, p.59-62)

¹⁵ Carvalho (2002); Corrêa (1991)

comunidades indígenas na coleta de produtos extrativos e no cultivo de bens de subsistências. Nos primórdios da ocupação da Amazônia brasileira, a economia extrativa das “drogas dos sertões” mantinha *articulações comerciais* com o mercado europeu, sob o controle do Estado Metropolitano português, num típico processo de exploração econômica de uma colônia de exploração e não de povoamento.¹⁶ A produção colonial da formação sócio-espacial da Amazônia – que serviu como um instrumento da acumulação primitiva do capital mercantil português – caracterizou-se pela coleta e produção de uma ampla diversidade de bens extrativos e agrícolas, por isso mesmo chamada de “drogas do serão”, que eram vendáveis no mercado europeu, porém esse comércio internacional estava sujeito a *política do exclusivo metropolitano*¹⁷.

Com o fim da economia colonial das “drogas dos sertões, tem início a economia da borracha através da qual a Amazônia mantinha laços comerciais com o mundo exterior.¹⁸ Na fase do Brasil republicano, a economia extrativa da borracha organiza-se ao nível da produção com base no trabalho compulsório por dívidas – o sistema de aviamento – e o comércio regional e internacional da borracha ficou sujeito ao *exclusivo comercial* só que agora sobre o controle das “casas exportadoras inglesas”. A “pirataria” genética das sementes da seringueira, e o seu plantio nas colônias asiáticas da Inglaterra, romperam o monopólio do comércio da borracha amazônica e isso levou a crise e decadência do ciclo da *borracha*, em 1912. Na fase de auge da economia da borracha houve um significativo movimento do aumento das exportações de 11.252 toneladas (1840) para 1.472.198 (1910) toneladas pelo Porto de Belém do Pará.¹⁹ Esse movimento pelo Porto de Belém da carga de borracha e de outros produtos e as inovações tecnológicas – que mudaram o velho padrão da navegação eólica e da navegação a máquina a vapor pela moderna navegação movida pelos motores de combustão interna – foram responsáveis pela modernização do Porto de Belém.

A modernização do transporte fluvial aumentou não somente o fluxo do comércio interno como o fluxo do transporte de passageiros entre as cidades interioranas e as duas principais cidades amazônicas – Belém e Manaus – e estas cidades ao mundo exterior a ponto de transformar a cidade de Belém na “Metrópole da Amazônia” dado a sua posição estratégica de servir como entreposto.²⁰ Em todo esse longo período de *articulação comercial* da Amazônia brasileira com o resto do mundo, com a venda de produtos extrativos vegetais, que perdurou do período colonial passando pelo império até grande parte da república, evidenciou uma expansão temporal e espacialmente lenta do ponto de vista demográfico e econômico para a Amazônia paraense. Durante este extenso período, o padrão de ocupação e desenvolvimento da Amazônia brasileira é definido por razões geopolíticas e do comércio internacional de produtos extrativos da região com o mercado exterior.

2.1.3. A integração nacional da Amazônia paraense com o mercado nacional

A grande depressão dos anos 30 nos EUA, que causou uma crise internacional sem precedentes nas economias nacionais e no comércio internacional dos países da América Latina, é um marco histórico das transformações que iriam ocorrer em todas as regiões brasileiras. A II Guerra Mundial foi importante à superação da crise norte-americana, e a

¹⁶ Furtado (1961)

¹⁷ Mello (1982, p.52-53)

¹⁸ Carvalho (2002, p.383-385)

¹⁹ Santos (1980)

²⁰ Castro & Santos (2006, p.25-32)

fase seguinte, conhecida como os *Anos Dourados* do capitalismo, não só permitiu a tomada de consciência do atraso em que se encontravam as economias latino-americanas, sobretudo pela CEPAL, como também possibilitou a industrialização tardia de alguns países do continente do Sul-Americano. No caso do Brasil, como consequência da industrialização concentrada em São Paulo, o arquipélago de “ilhas econômicas” regionais isoladas enfrentou a invasão dos baratos de bens de consumo da indústria paulista.

2.1.3.1. Integração comercial da Amazônia paraense ao mercado nacional

O esgotamento definitivo da internacionalização da economia da borracha só veio ocorrer com o fim da II Guerra Mundial. De fato, os “Acordos de Washington” firmados entre Brasil-EUA deram origem ao Programa Emergente do Governo Federal, conhecido como a “Batalha da Borracha”, – cujo objetivo era aumentar a produção da borracha natural devido o conflito mundial pelo controle estratégico dessa matéria-prima – o qual acabou dando uma sobrevida à economia da borracha, sobretudo no Acre.²¹ A presença do governo federal se fez com a criação do Banco de Crédito da Borracha (BCB), empresa bancária constituída com capitais do orçamento público federal, fundo do governo norte-americano a cargo da empresa Rubber Development Corporation (RDC) e uma pequena parcela de recursos de subscrição privada. O BCB passou a ter o monopólio de compra e venda da borracha natural. Após o término da II Guerra Mundial em 1950, o BCB foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA).²²

A partir das sucessivas crises ocorridas nas regiões agroexportadoras de *commodities* agrícolas, como consequência da contração do comércio exterior e do avanço da *industrialização restringida* – que tem curso, grosso modo, entre 1930-1954 – consolidou-se uma *integração comercial*, sobretudo com o fim das barreiras fiscais, entre o centro (São Paulo) e as regiões da periferia. A industrialização restringida concentrado no Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, vai se constituir a base material à consolidação de um *mercado nacional* de bens e serviços às empresas paulistas cuja escala *regional* logo é transformada em empresas de *escala nacional*. [(Mello, 1982); (Cano, 1985); (Guimarães Neto, 1986)]. Neste contexto, a indústria paulista concentrava escala e tecnologia suficiente para que os seus produtos pudessem competir com vantagens competitivas com as indústrias locais de menor escala e tecnologicamente mais atrasadas das demais regiões que permaneceram especializadas na produção ou extração de *commodities*, tais como o açúcar, algodão e borracha. Nesse ambiente competitivo, molda-se uma nova estrutura produtiva nas demais regiões do Brasil por conta de uma nova divisão inter-regional do trabalho liderada pela indústria paulista que ajustou a sua estrutura produtiva e ao mesmo tempo promoveu a emergência de atividades complementares às suas ou expandiu outras atividades com vantagens competitivas nas demais regiões [(Castro, 1971); Oliveira (1981); Cano (1985); Galvão (1987); Guimarães Neto (1993); Carvalho (2005)].

Com o fim da II Guerra Mundial, o novo ciclo da economia da borracha, tendo como suporte os “Acordos de Washington”, entra em definitiva decadência nos anos 40. A partir de 1948, a Amazônia paraense sofreu uma prolongada estagnação econômica e um relativo isolamento comercial que durou até o início da década de 50. Durante esse período, o governo federal não teve uma presença ativa na Amazônia paraense. Não obstante, a partir de 1953 tem-se uma nova forma de atuação do Estado na Amazônia paraense com a

²¹ Correa (1967)

²² Corrêa (2004, p.553-565)

presença do governo federal através da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA), localizada em Belém no Pará. Daí em diante, a SPVEA ficou encarregada de elaborar e executar o “Plano de Valorização Econômica da Amazônia” que tinha como propósito promover o desenvolvimento da economia por meio do suporte financeiro às atividades dos setores produtivos (agricultura e indústria) e infra-estruturais (saúde, saneamento, educação, colonização, comunicação, transporte e energia).²³

Para viabilizar financeiramente esse plano de valorização foi instituído um Fundo Público da Amazônia – com recursos orçamentários igual a 3% do total dos impostos federais complementados com igual percentual do total dos impostos dos estados e municípios da região Norte – com duração de 20 anos. Contudo, a implementação da política regional de valorização da Amazônia, em particular da Amazônia paraense, fracassou porque esses recursos não chegaram a ser transferidos. Mesmo assim, a SPVEA teve um papel importante na supervisão da construção da rodovia Belém-Brasília, no financiamento de algumas indústrias locais e na criação de outras importantes instituições como a Universidade Federal do Pará e da Escola de Agronomia da Amazônia.²⁴ No governo de Juscelino Kubistchek, a construção da rodovia Belém-Brasília foi o mais importante investimento público para a economia paraense porque rompeu com o seu isolamento econômico com o resto do Brasil.

A importância comercial das cidades de Belém e Manaus, como entrepostos para a venda de produtos rurais, acaba atraindo investidores industriais que passaram a introduzir as indústrias naturais – ou seja, aquelas indústrias que criavam mercado para as matérias-primas de produtos extrativos e agrícolas regionais – que passaram beneficiar e mesmo transformar insumos extrativos e agrícolas, a exemplo dos sapatos, capas e botas feitas a partir da borracha natural. Também foram instaladas nessas cidades algumas indústrias artificiais – indústrias que utilizavam bens importados como insumos – de bens de consumo não-duráveis, a exemplo da indústria de bebidas e de confecções.²⁵

Por fim, cabe observar que a formação da estrutura econômico-espacial constituída, neste longo período, caracterizava-se por uma hierarquia comandada por Belém e Manaus – cidades comerciais que funcionavam como verdadeiros entrepostos comerciais para as cidades do *hitherland*. Depois essas duas grandes cidades tropicais se transformaram em centros especializados de prestação de serviços e intermediários comerciais financeiros entre as áreas de produção primária e os mercados nacionais e internacionais.²⁶

2.1.3.2. A integração produtiva da Amazônia paraense ao mercado nacional

Entre 1956-1961 o processo da *industrialização pesada* culmina com a formação do núcleo pesado da indústria brasileira, compreendendo as indústrias pesadas de bens de consumo duráveis e de bens de capital.²⁷ A constituição do núcleo pesado da indústria brasileira vem acompanhada da formação da grande empresa industrial e da consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais (privados e estatais) e a presença da empresa transnacional. Daí em diante, entretanto, tem curso um processo de *integração produtiva* que se caracteriza pela transferência de capitais industriais do centro econômico (São Paulo) para as demais regiões da periferia nacional [(Cano, 1985); (Guimarães Neto, 1986, 1993a); (Diniz & Lemos, 1989); (Costa, 1979); (Galvão, 1991); (Carvalho, 2005)].

²³ SPVEA (1954); Carvalho (1987, p.73-76)

²⁴ SPVEA (1955, p.47-57); Pandolfo (1994, p.48-53)

²⁵ Castro (1975, p.95-98)

²⁶ Costa (1992, p.44); Carvalho (2002, p.385-386)

²⁷ Mello (1982)

A expansão da *urbanização*, como uma conseqüência da industrialização, ocorre também em todas as capitais do centro polarizador – o Sudeste. Há um aumento concentrado da demanda por bens e serviços que acaba induzindo, como resposta, um aumento dos fluxos de produção, comercialização e distribuição de mercadorias da periferia para o centro. Por sua vez, o transporte de mercadorias por cabotagem e depois rodovias e ferrovias vai contribuir para que as exportações dos bens industriais do parque industrial paulista conquistem os mercados regionais até então cativos das indústrias artesanais das regiões da periferia.

A concentração industrial e agropecuária em São Paulo conformou uma estrutura produtiva e comercial ampla e moderna o suficiente para liderar a formação e consolidação do mercado nacional de bens e serviços no Brasil. Na esteira da concentração industrial e da crescente urbanização em São Paulo, seguiu-se uma torrente de fluxos migratórios humanos das regiões periféricas em direção à grande metrópole paulista. Partindo dos estados das regiões nordeste, norte e de Minas Gerais, esses fluxos migratórios vão contribuir à formação de mercado nacional de trabalho. Por fim, as decisões políticas do Estado nacional foram fundamentais para a alocação espacial dos investimentos públicos na indústria de base e na infraestrutura econômica. Por seu turno, as novas frentes empresariais de investimentos do capital industrial em outras regiões do país visavam capturar espaços econômicos nacionais ou regionais fora dos grandes centros industriais. A disponibilidade de recursos naturais e, principalmente, a atuação do Estado Nacional com a sua geopolítica de integração nacional com vista à constituição de amplo mercado continental foram os fatores determinantes dessas transferências de capitais que acabaram moldando uma nova divisão inter-regional no territorial brasileiro.

A partir de 1968, com a presença do autoritário regime político-militar, tem início uma nova fase do planejamento governamental (I e II PND) à continuação da política de integração nacional da economia paraense. A nova estratégia de intervenção do regime militar do governo Garrastazu Médici substitui a política de integração nacional do tipo centro-periferia – uma integração sudeste-norte – por uma estratégia de integração regional do tipo periferia-periferia – integração norte-nordeste – por meio da construção da rodovia Transamazônica ligando o nordeste (João Pessoa-PB) passando por Marabá, Altamira e Itaituba no sudeste do Pará. A idéia básica dessa política de ocupação era de neutralizar a luta pela reforma agrária no nordeste, conduzida pelas “ligas camponesas”, com a transferência dos “homens sem terras para as terras sem homens”, como ficou conhecido o slogan do governo militar da sua política de ocupação da Amazônia paraense por meio dos “projetos de colonização agrícola”, para pequenos produtores familiares, ao longo da rodovia Transamazônica e nos municípios de Altamira, Marabá e Itaituba no Pará.²⁸ Além dessa política de ocupação, foi criada paralelamente uma política nacional de desenvolvimento regional voltada para a atração de empresários do sul-sudeste para a economia paraense por meio dos incentivos fiscais e financeiros.

Essa política nacional de ocupação e desenvolvimento para Amazônia do regime militar – que durou entre 1968-1973 – chega ao fim com o fim do “milagre econômico brasileiro”. A partir daí tem início a crise da economia brasileira como conseqüência da elevação dos preços do petróleo e da subida da taxa de juros do mercado financeiro internacional. A partir de 1974, tem início o governo do presidente General Geisel que redefine uma nova política de desenvolvimento nacional-regional com o III PND – o terceiro plano nacional de desenvolvimento do regime militar. Com o II PND tem início uma nova política

²⁸ INCRA/PIN (1972, p.32-34)

nacional de desenvolvimento regional que visava à integração da Amazônia Oriental, sobretudo da economia do Pará, por intermédio da exploração dos seus recursos naturais através dos chamados *grandes projetos* agropecuários, industriais, minerais e energéticos.²⁹ Na formação sócio-espacial da Amazônia paraense, os projetos industriais sofreram uma forte concorrência por incentivos fiscais e financeiros dos projetos agropecuários e de mineração.

No caso da agropecuária paraense, o móvel principal do uso do crédito fiscal-financeiro, além do aporte de investimento em atividades produtivas, foi à aplicação na compra e venda de terras para fins especulativos do que resultou o aumento da grilagem e da violência rural decorrente da luta pela terra no Pará. Ademais, além do baixo grau de internalização da renda e do emprego na economia paraense, as indústrias extrativas minerais, as indústrias metalúrgicas e siderúrgicas não geraram os efeitos de *linkages* “para trás” e “para frente” para criar as condições tecnoindustriais necessárias para a formação de cadeias produtivas industriais e o “enraizamento” produtivo necessário com o restante das atividades da economia paraense como deveria funcionar uma indústria regional complementar ao parque industrial nacional.³⁰ Os efeitos germinativos desse padrão industrial foram frágeis em termos da geração da renda e do emprego na economia paraense:

No caso do Pará, a consolidação do complexo minero-metalúrgico-siderúrgico não promoveu os “efeitos para trás” porque já produz bens primários de baixo valor agregado; quanto aos “efeitos para frente”, estes não ocorreram já que essa indústria destina quase toda a sua produção à exportação – o que configura uma típica indústria de “enclave de exportação”. No caso do Amazonas, por sua vez, o complexo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus (ZFM), apesar de ser uma indústria de padrão tecnológico avançado, pode ser considerada uma indústria de “enclave de importação” com baixo nível de inserção produtiva com o restante das atividades da economia amazonense.³¹

Neste ponto, é importante considerar, como novos condicionantes da formação sócio-espacial da Amazônia paraense, as formas de articulação da economia brasileira com a economia mundial e os novos acordos firmados com o capital estrangeiro para a exploração dos recursos naturais nas várias regiões do território brasileiro. A constituição da estrutura industrial brasileira em bases capitalistas, embora de um capitalismo tardio, trouxe consigo uma nova dinâmica cíclica à economia brasileira – com o auge do ciclo expansivo entre 1968-1973, a fase do “milagre econômico; a desaceleração na segunda metade dos anos 70, entre 1974-1979, o Brasil potencia mundial do II PND; e a longa crise de instabilidade e aceleração da inflação, nas duas décadas de 80 e 90 – acabou projetando os seus efeitos nas economias regionais. [(Cano, 1985); (Guimarães Neto, 1993); (Araújo, 1993); (Carvalho, 2005)].

2.1.3.3. Integração Competitiva da Amazônia paraense num ambiente de globalização

Os anos 90 inauguram uma nova mudança no comportamento do capitalismo mundial marcado pelo discurso neoliberal com o suporte das instituições internacionais: O FMI e Banco Mundial. De acordo com o ideário do “Consenso de Washington”, o gigantismo do Estado teria de ceder espaço ao domínio do mercado. O debate sobre o tamanho do Estado produziu uma série de propostas que visava substituir o Estado interventor por um Estado

²⁹ Carvalho (1994, p.16-17)

³⁰ Carvalho (2005, p. 49-53)

³¹ Carvalho (2005, p. 60-620)

regulador, inclusive a privatização de empresas estatais e a extinção das agências de desenvolvimento regional (SUDAM e SUDENE) e a criação de agências reguladoras. O completo afastamento do Estado nacional dos problemas regionais foi péssimo para as regiões periféricas brasileiras (Norte e Nordeste) que dependem do governo federal para minimizar a grande distancia econômica que separa a periferia do centro dinâmico da economia brasileira.

Nos anos 90, por força das circunstâncias internacionais, tem início a inserção da economia brasileira num contexto político-institucional de uma *economia mundial globalizada*. A globalização assume várias formas – a comercial, a industrial e a financeira – num processo de internacionalização dos mercados tendo os conglomerados transnacionais como os principais vetores desse processo. Este processo de globalização ocorre num ambiente de crise do regime acumulação fordista e de uma nova reestruturação tecnoindustrial conduzida pela *revolução da microeletrônica*. Neste contexto, merece destaque o processo de *globalização financeira* marcado pela desintermediação e desregulamentação do sistema financeiro internacional que ficou praticamente livre de qualquer controle das autoridades monetárias e fiscais.³²

Neste ambiente dos anos 90 tem início novas escolhas estratégicas definidas pelas aberturas comerciais e financeiras, patrocinadas pelo governo Collor e aprofundadas pelo governo FHC, que levam a uma forte concorrência das empresas financeiras e não-financeiras a uma grande competição por fatias do mercado doméstico.³³ A política macroeconômica priorizava a internacionalização da economia brasileira com destaque à dimensão financeira da globalização que tem início, visivelmente, com a abertura do sistema bancário nacional aos grandes bancos estrangeiros.

Na perspectiva da dinâmica inter-regional, essa opção estratégica tende a valorizar os espaços econômicos do país possuidores de empresas competitivas no mercado internacional. A concorrência no mercado de bens e serviços é favorável ao centro dinâmico em detrimento das regiões da periferia, sobretudo das regiões Norte e Nordeste. Os governos estaduais dessas regiões reagem desencadeando uma “guerra fiscal” como estratégia de política estadual para atrair novos investimentos de empresas nacionais ou estrangeiros a custas de incentivos fiscais que implicavam em perdas de receita tributária por um longo período.³⁴

A prioridade à integração competitiva revela uma outra opção estratégica que vai avançando de forma cada vez mais evidente como política regional de médio prazo. Essa integração competitiva é a opção neoliberal de uma *inserção subordinada* aos interesses do grande capital internacional que sabe, de antemão, que as empresas brasileiras têm poucas chances de competir como empresas globais.

O governo FHC, ao invés da busca consolidação da política de integração nacional com vistas a constituição de amplo mercado nacional-regional, processo este que vinha sendo perseguido pelos governos anteriores, passa a priorizar a inserção das empresas nacionais e regionais mais competitivas no mercado mundial. Do ponto de vista da dinâmica regional, tal opção estratégica tende a valorizar os espaços econômicos brasileiros possuidores de empresas regionais mais competitivas o suficiente para penetrar com mais rapidez no mercado mundial ou com capacidade de resistir economicamente ao choque de competição

³² Carvalho (2006)

³³ Araújo (1999, p.324-325)

³⁴ Carvalho (2005, p.117-122)

praticado nos anos 90 no Brasil. As reformas do Estado, que levou a extinção da SUDAM, deixaram os estados da Amazônia órfãos de uma política de desenvolvimento regional.³⁵

Nesse contexto de *economia globalizada*, as novas forças econômicas e financeiras do mercado atuam afetando a dinâmica regional do Brasil. Os desafios e oportunidades dos negócios no âmbito das economias regionais no Brasil dependem da forma como considerar a *heterogeneidade* que, afinal, é uma vantagem competitiva. Por isso, quando o Estado nacional define os seus projetos, sem considerar este aspecto da realidade brasileira, os resultados podem ser desastrosos do ponto de vista do projeto nacional de integração regional. É preciso observar que o Brasil é um país-continente com uma ampla diversidade regional e sub-regional. Portanto, não é correto tratar desiguais igualmente, e esse é o erro freqüente que a burocracia de Brasília comete quando formula e tenta implementar, sem considerar os atores regionais, uma política nacional de desenvolvimento regional sem contemplar essa diversidade regional.

O programa “Brasil em Ação” do governo FHC definiu, para o período entre 1996-1999, um elenco de projetos de investimentos em infraestrutura através dos chamados “Eixos de Integração” que envolvia a articulação da Amazônia. A opção estratégica deste programa visava à inserção dos espaços dinâmicos da região ao mercado exterior, sobretudo ao MERCOSUL, de acordo com a política de integração competitiva. O plano descartava uma visão mais articulada do planejamento regional e se recusava a adotar políticas para as áreas que tinham ficado fora da política de inserção subordinada ao mercado globalizado.

Neste contexto, as novas forças derivadas do mercado impactam a dinâmica regional brasileira na medida em que mudaram a tendência à modesta desconcentração regional que vinha ocorrendo desde o II PND. Enquanto isso, o baixo ritmo de crescimento da economia brasileira nas décadas de 80 e 90 é comandado por alguns “espaços dinâmicos” localizados nas mais diversas regiões do Brasil; enquanto, de outro lado, outras regiões sofriam os efeitos adversos da inserção subordinada por não se enquadrarem dentro do padrão competitivo internacional ou ainda por estarem sendo submetidas aos processos de reestruturação produtiva.³⁶ Tal situação e os processos de mudança do padrão tecnológico e financeiro, em curso, acabaram ampliando as diferenças e diversidades inter e intra-regionais, o que levou a interrupção do movimento de desconcentração e o recomeço do movimento de concentração.

2.2. A Dinâmica da Concentração-Desconcentração Inter-Regional

A partir dos anos 70, alguns economistas regionais apontavam para ruptura do padrão secular de concentração produtiva no centro dinâmico da economia brasileira – Sudeste – em relação às outras regiões brasileiras. De fato, entre 1970/1990, nota-se uma tendência de desconcentração regional que, sem mudar de forma substancial a concentração espacial da atividade econômica e da renda, aparece numa redução da participação do PIB do Sudeste em relação às demais regiões do Brasil, como mostra a Tabela 2. De fato, nesse período, confirmam-se as altas taxas de crescimento médio do PIB de todas as regiões do Brasil comparativamente ao período anterior. Porém, a mesma tabela revela que, apesar do significativo crescimento econômico de São Paulo, entre 1970/80, as regiões do Norte e Nordeste tiveram um desempenho superior a Região Sudeste e em particular a São Paulo, o que explica a perda da posição relativa do centro dinâmico que passou a caracterizar certa desconcentração industrial.

³⁵ Araújo (1999, p.326-327)

³⁶ Araújo (2000, p.326-327)

Tabela 2: Distribuição Inter-regional e Crescimento do PIB por Regiões do Brasil: 1970-90

Regiões	Distribuição do PIB (%)			Taxas de Crescimento (%)		
	1970	1980	1990	1959/70	1970/80	1980/90
Norte	2,2	3,2	4,4	6,9	14,3	3,0
Nordeste	12,0	12,2	13,6	4,4	9,1	2,6
Centro-Oeste	3,7	5,1	7,3	10,5	12,2	1,8
Sudeste	65,1	62,2	59,2	6,5	8,1	1,3
Sul	17,0	17,3	15,5	7,0	8,7	1,4
Brasil	100,0	100,0	100,0	6,5	8,6	1,5
São Paulo	39,4	37,5	39,4	6,8	8,2	1,1

Fonte: PIMES (1984); IBGE (1991); FGV (1993).

A consolidação do parque industrial e a industrialização da agricultura dos anos 70 exigiram uma maior integração centro-periferia do que resultou um novo mapa geoeconômico em que as regiões periféricas bem dotadas de recursos naturais estratégicos e uma razoável infra-estrutura de capital social básico – energia, transporte e telecomunicações – passaram a atrair, como no caso da Amazônia paraense, grandes projetos econômicos, públicos e privados, com o suporte adicional dos incentivos fiscal-financeiros.

2.2.1. A desconcentração regional dos anos 70-90

Esta desconcentração inter-regional vem ocorrer após o processo de consolidação do mercado doméstico brasileiro – que levou a decadência de uma economia estruturada em “economias regionais” algumas delas, como a Amazônia paraense mais articulada comercialmente à economia internacional do que a economia nacional. O processo de desconcentração regional, a partir do centro dinâmico, não pode ser compreendido fora da formação histórica da estrutura industrial brasileira e nem dissociada das conjunturas nacional (desaceleração do ritmo de crescimento do PIB da economia brasileira) e internacional decorrente da alta dos preços do petróleo e da elevação da taxa de juros nos anos 70.

Nos anos 70, o bloco dos investimentos públicos do II PND, além de ajudar a prorrogar o ritmo de crescimento do produto do período do “milagre econômico”, através da substituição de importações de bens de capital e de insumos básicos, contribui para o processo de desconcentração industrial e agropecuário do pólo dominante do país, até então fortemente no entorno da grande metrópole paulista, para outras regiões, a exemplo da Região Norte que se beneficiou com os maciços investimentos na expansão e modernização da agropecuária e da indústria incentivada pela SUDAM, dos investimentos privados do complexo eletro-eletrônico da ZFM, dos investimentos público-privado do Complexo Mineró-Siderúrgico do Ferro da Grande Carajás, dos investimentos público-privados do Complexo Mineró-Metalúrgico do Alumínio metálico e do Complexo Logístico Ferroviário-Portuário do Carajás-Itaqui.³⁷

Na década de 80, além do curto período de recuperação da economia patrocinado pelo Plano Cruzado, o aumento das *exportações* líquidas, a partir de uma pauta *diversificada* de bens exportáveis, teve um papel importante no desempenho das “economias regionais” especializadas na produção de *commodities*.³⁸ Não é nossa intenção entrar no debate, por sinal já exaustivamente discutido, sobre a política nacional de desenvolvimento industrial e seus rebatimentos regionais levado a cabo pelo IIPND.

³⁷ Carvalho (2005, p.67)

³⁸ Castro (1985, p.20-24)

Não obstante, há um aspecto da tese de Antônio Barros de Castro (1985), sobre o desempenho da economia brasileira em “marcha forçada” até meados dos anos 80, que merece ser citado:

“Mas, o II PND, enquanto estratégia de superação da crise e consolidação dos interesses de longo prazo da economia brasileira, que rejeita e redireciona os impulsos procedentes do mercado, poderia haver sido adotado através dos mais límpidos processos democráticos. (...) Por outro lado, convém não esquecer, o regime seria autoritário, com ou sem o II PND Aliás, na América Latina, as ditaduras têm revelado maior afinidade com o liberalismo econômico e as atividades primário-exportadoras, que com o planejamento e a industrialização”.³⁹

Isto significa dizer que, mesmo não aceitando o regime político-militar autoritário de longa duração, há que se reconhecer que a decisão de levar adiante a industrialização brasileira iniciada com Plano de Metas e atribuir a indústria de bens de capital um papel de liderança, foi um ato “autoritário” no sentido de ser uma decisão crucial, envolvendo uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, própria historicamente de Estados nacionais, com ou sem planos, porque não poderia ficar a espera das decisões dos agentes privados do mercado.⁴⁰

A política nacional de desenvolvimento regional, como um dos capítulos constante do II PND, foi muito importante à Amazônia paraense. De fato, para a economia da Amazônia paraense, que se encontrava em dificuldades econômicas, com a longa estagnação e agora com o fim do novo ciclo da pecuária incentivada, a descoberta ocasional das grandes reservas minerais no seu subsolo e os pesados investimentos públicos levados a cabo pelo regime militar nos anos 70 – com investimentos em capital social básico em energia (a grande hidrelétrica de Tucuruí), transporte (a extensa Transamazônia e outras) e telecomunicação – criou as condições infra-estruturais necessárias à instalação dos grandes projetos minero-metalúrgicos (complexo Albrá-Alunorte produtor de alumínio metálico) e o mínero-siderúrgicos (Complexo Grande Carajás produtor de ferro-guza e aço) e outros mais recentes.

A Amazônia paraense tornou-se assim uma economia exportadora especializada não mais em minérios brutos de baixo valor agregado, mas numa região especializada na produção de *commodities* de valor agregado mais elevado. Isto talvez explique porque a especialização industrial regionalizada no Brasil, como resultado da política nacional de desenvolvimento regional levada a cabo pelo II PND, possa ter contribuído para o aumento do saldo das exportações brasileiras, sobretudo entre 1980-1985, fortemente concentrado em dois grandes grupos, segundo Castro (1985, p.25):

“No primeiro se encontram produtos que foram objeto de grandes programas apoiados pelo IIPND. Destacadamente, aí se encontram os metais não-ferrosos, os produtos químicos, o papel e a celulose, os fertilizantes e os produtos siderúrgicos: as importações totais deste conjunto de bens caíram 60% entre 1980 e 1983. No 2º Grupo, por outro lado, situam-se aqueles produtos que não foram objeto de grandes programas. Integra esse grupo, por exemplo, o carvão metalúrgico, cujas importações caem de 3,1% entre 1980 e 1982, para disparar em 1983 (31% de aumento), com o surto de exportações siderúrgicas”.

Fica claro que, a apesar da política econômica de contenção da demanda agregada para conter a inflação, a dinâmica de crescimento da “economia brasileira em marcha forçada”

³⁹ Castro (1985, p.46)

⁴⁰ Carvalho (2002, p.205-210)

era puxada pelo setor exportador das economias regionais especializadas como no caso da Amazônia paraense produtora de commodities de minerais ferrosos e não-ferrosos. Não deve ser esquecido que, naquelas circunstâncias históricas de crise financeira e de alta dos preços do petróleo da década de 70, a opção do governo brasileiro por uma industrialização pesada, centrada na indústria de bens de capital e a na indústria de base mínero-metalúrgica e petroquímica, teve como principais vetores dos grandes investimentos a empresa estatal – Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás e Embratel. Porém das encomendas dessas empresas estatais derivaram inúmeros projetos levados a efeito pelo setor privado nacional.⁴¹

Entre os anos 60-70, fica claro que a integração comercial cedia lugar à integração produtiva, a qual seria referendada pela grande empresa nacional e pelas políticas regionais de suporte a migração do capital do Sudeste para as demais regiões, sobretudo para o Norte e Nordeste. Na verdade, o avanço do processo de industrialização e a unificação do mercado nacional tiveram sempre identificados com a concentração industrial no Sudeste, especialmente em São Paulo. A Tabela 3 revela que, em 1970, a região Sudeste concentrava 2/3 do PIB brasileiro e São Paulo cerca de quase 40%.

Tabela 3: Composição percentual do PIB do Brasil por regiões e São Paulo: 1959-1995

Regiões	1959	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Norte	2,0	2,2	2,2	3,3	4,3	4,9	4,6
Nordeste	14,4	11,9	11,2	12,2	13,8	14,8	12,8
Centro-Oeste	2,4	3,6	4,0	5,0	5,4	6,3	6,0
Sudeste	65,0	65,2	64,5	62,2	59,4	57,2	58,7
Sul	16,2	17,1	18,1	17,3	17,1	17,8	17,9
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
São Paulo	37,8	39,5	40,2	37,8	35,5	33,9	35,5

Fonte: PIMES (1984, v.1. p.42); IBGE (1970, 1990, 1992)

Nota-se, até 1970, uma nítida concentração regional do PIB brasileiro no Sudeste (65,2%) com São Paulo detendo quase 40% do PIB nacional. Em 1970, a participação relativa da região Norte era de apenas 2,2% do PIB brasileiro. A partir de 1970, depois das ações resultantes do II PND, tem início o movimento de desconcentração regional com o Sudeste perdendo posição relativa para as demais regiões brasileiras. Não resta dúvida que, com todas as limitações, os resultados do II PND foram de qualquer maneira expressivos quanto seus impactos sobre o desenvolvimento regional no Brasil.⁴² A estratégia de desconcentração geoeconômica do II PND foi conduzida dentro da estratégia geopolítica de transformar o Brasil numa nação-potência.

Dessas estratégias derivam duas ordens de preocupação: de um lado, a busca por um equilíbrio econômico entre os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais através da multiplicação de pólos industriais; de outro, a busca de reduzir o grande peso político de São Paulo. Essa duas ações do II PND eram justificadas pelos os custos crescentes da urbanização nas grandes cidades e por critérios de qualidade de vida e combate à poluição, mas que priorizava a desconcentração da grande metrópole paulista. Quanto às decisões sobre a localização dos grandes projetos, estas foram tomadas por critérios que passavam “por cima do mercado” visando favorecer algumas regiões da periferia.

Portanto, o novo re-ordenamento espacial levando adiante pelo II PND resultou nos grandes projetos de mineração de bauxita e ferro no Pará; cobre na Bahia; fosfato em

⁴¹ Castro (1985, p.35-40)

⁴² Pacheco (1998, p.64-66)

Minas Gerais, potássio em Sergipe, carvão e pirita em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, siderurgias no Espírito Santo e Minas Gerais e outros mais a exemplo das grandes UHE de Itaipu e Tucuruí no Pará. O resultado dessa política de desconcentração industrial foi que a região Sudeste e o Estado de São Paulo, em particular, perderam posição relativa, apesar do PIB da economia de São Paulo ter crescido entre 1959-1975, como mostra a Tabela 4.

Tabela 4: Taxas médias anuais de crescimento do PIB das regiões do Brasil: 1959-1995

Regiões	1959-1970	1970-1975	1975-1980	1980-1985	1985-1990	1990-1995
Norte	7,5	9,4	16,9	6,0	7,0	-0,1
Nordeste	4,6	8,9	8,8	3,7	0,1	0,9
Centro-Oeste	10,5	12,5	12,1	2,6	3,2	3,8
Sudeste	6,7	9,8	6,4	0,2	1,4	1,0
Sul	6,9	11,4	6,3	0,9	2,9	0,7
Brasil	6,5	10,1	7,2	2,6	7,0	-0,1
São Paulo	6,9	10,4	5,9	-0,2	2,2	0,3

Fonte: IBGE (Vários Anuários Estatísticos e Censos Demográficos)

Não obstante, nota-se uma desaceleração da taxa de crescimento do PIB de São Paulo entre 1975-1980 quando comparado com o desempenho do quinquênio anterior. Por outro lado, percebe-se que, no mesmo período, as demais regiões apresentam um bom desempenho com destaque à economia do Norte do Brasil. Contudo, no primeiro quinquênio da década de 80 fica bem clara a perda de dinamismo nas regiões Sul-Sudeste; enquanto as regiões Nordeste, Centro-Oeste e principalmente a Região Norte continuam com o PIB crescendo a taxas superiores as do centro-sul.

As principais razões que explicam este processo de desconcentração regional podem ser assim resumidas: 1) deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias em vários outros centros urbanos e regiões do país; ação decisiva do Estado nacional em termos de investimentos públicos, incentivos fiscais e construção de grandes obras de infraestrutura; a busca de recursos naturais pelas empresas nacionais nas áreas de fronteiras, agrícola e mineral, com seus reflexos na localização de atividades industriais e de serviços; unificação do mercado nacional por intermédio da infraestrutura de transporte e de comunicação; efeitos locais da competição inter-empresarial, especialmente para o aproveitamento de recursos naturais; e a criação de barreiras à entrada e ocupação de novos mercados reais ou potenciais [(Diniz, 1991, 1993); (Carvalho, 2005)].

Destas razões, merecem destaque os investimentos realizados no setor mineral na Amazônia paraense, em especial no Grande Carajás. Embora muitos destes investimentos públicos e privados tenham características de “enclaves exportadores”, mesmo assim eles abrem várias possibilidades de melhoria do nível de renda e de emprego regional para alguma integração produtiva com o restante da economia local. Outra possibilidade de melhoria do emprego e da renda vem ocorrendo por meio dos investimentos privados para o abastecimento de insumos ou para o processamento da produção local, como vem ocorrendo com a indústria de alumínio que vem apresentando alguma integração para frente com a implantação da Alubar Metais que fabricando fios e cabos elétricos.⁴³

2.2.2. A concentração regional seletiva dos anos 95-05

Nos anos 85-95, como uma conseqüência da crise do internacional, a economia brasileira adota uma política econômica de contração da demanda agregada que culmina numa

⁴³ Pires (2005)

estagnação econômica decorrente do pagamento dos juros da dívida externa, moratória e a alta das taxas de inflação. Os anos da década de 80 são marcados por uma crise econômica e financeira grave cujo desfecho marcou esses anos como a “década perdida”. De fato, a década de 80 foi caracterizada por apresentar uma crônica instabilidade dos preços, com o aumento da taxa de desemprego e baixo dinamismo econômico com uma taxa de crescimento média anual do PIB de 1,5% contra 8,6% da década de 70. Nesse período, nota-se uma tendência de prosseguimento do processo de *desconcentração* inter-regional em direção a periferia que atinge o seu auge e também uma desconcentração intra-regional, sobretudo da metrópole paulista em direção ao interior.⁴⁴

Castro (1999) reexaminando os novos pólos de desenvolvimento das fronteiras da Região Norte crítica a visão dos neoliberais que tendiam a ver os investimentos nas áreas de fronteiras de recursos naturais um produto dos incentivos fiscais e subsídios artificiais criados pelo Estado. Investimento público a fundo perdido, equalização de tarifas públicas em todo o território nacional e a concessão de créditos em condições favorecidas explicariam a expansão de áreas supostamente incapazes de vencer pelo meio do mercado. Os economistas que labutam com a economia regional, por outro lado, sabiam de algum tempo que o mercado por si só não distribui de maneira equilibrada as atividades econômicas numa formação sócio-espacial de dimensão continental, a exemplo do Brasil, e, por isso, apóiam a intervenção complementar do Estado.

Na discussão sobre a política nacional de inserção regional na economia global, em bases de uma integração competitiva, Pacheco (1998) chama atenção para a necessidade de políticas nacionais de proteção regional em face da fragilidade tecnológica das empresas regionais para enfrentar uma concorrência com as empresas transnacionais globais. Pacheco identifica no discurso neoliberal uma formulação perversa contra as políticas regionais por vários motivos, com destaque para os seguintes: primeiro, a inserção da economia brasileira no contexto da globalização requer o enfrentamento das disparidades regionais com a intervenção do Estado nacional por meio de políticas públicas pró-ativas de âmbito nacional-regional, sobretudo em infraestrutura econômicas, sociais e tecnológicas; segundo, esse enfrentamento também requer uma política nacional de desenvolvimento regional com ações setoriais, sobretudo destinadas à indústria e a agropecuária, voltadas para amparar a competitividade das estruturas regionais especializadas.⁴⁵

A crescente “especialização” industrial das economias regionais foi a outra face da integração nacional comandada a partir de São Paulo, já que, historicamente, estavam bloqueadas as saídas para uma industrialização autônoma, capaz de configurar uma estrutura industrial complexa à imagem da de São Paulo. Assim, a contrapartida da integração industrial se fez pela por uma certa industrialização regional complementar e periférica comandada pelo centro-industrial – São Paulo.⁴⁶

Os economistas regionais preocupavam-se com a provável reconcentração regional que poderia resultar do predomínio absoluto da lógica de mercado, como o único mecanismo alocativo, sobretudo com a abertura escancarada do mercado brasileiro.⁴⁷ Na melhor das hipóteses, havia o receio de que a acentuada concorrência decorrente da abertura do mercado doméstico a produtos estrangeiros levado a cabo nos governos Collor e FHC, sem

⁴⁴ Cano (1988, p.1-25)

⁴⁵ Pacheco (1999, p.202-203)

⁴⁶ Pacheco (1998, p.226-230)

⁴⁷ Diniz (1992); Diniz & Crocco (1996)

nenhuma salvaguarda de natureza regulatória, juntamente com o declínio dos investimentos públicos nas regiões da periferia brasileira, reforçaria mais a atratividade ao longo dos eixos nacionais que partem de São Paulo em direção a periferia mais próxima.

Nesta hipótese, o crescimento industrial e com ele a reconcentração regional se daria no âmbito regional do *Grande Polígono do Sudeste*, o que deixaria à margem a quase totalidade de algumas sub-regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.⁴⁸ De qualquer maneira, entre os anos de 1995-2005, nota-se que ainda prossegue a perda da posição relativa da Região Sudeste no PIB do Brasil, porém menos acentuada que nos anos anteriores, como mostra a Tabela 5. Neste sentido, as políticas “industriais” neoliberais de âmbito nacional da década de 90 foram perversamente contra a continuidade da desconcentração regional que prosseguia associada à política nacional de integração regional. A política nacional de descentralização federativa do Estado nacional durante os anos 90, deixando os estados subnacionais a sua própria sorte, também estimulou a disputa por investimentos privados por intermédio da “guerra fiscal”. Na visão de Pacheco (1999), o risco de uma inserção submissa do Brasil na economia global, dominada pelas grandes empresas transnacionais, seria um aprofundamento das desigualdades intra-regionais com o aparecimento de novos bolsões de pobreza em áreas anteriormente prósperas.

Tabela 5: Evolução da Distribuição do PIB por Macrorregião do Brasil: 1985-2005

Regiões	1985		1990		1995		2000		2005	
	Valor	%								
Norte	32	3,2	46	4,1	45	3,9	51	4,0	67	4,3
Nordeste	118	11,9	119	10,8	125	10,8	144	11,3	177	11,3
Centro-Oeste	40	4,1	48	4,3	58	5,1	77	6,0	120	7,6
Sudeste	502	50,9	543	49,4	574	49,7	636	49,8	765	48,8
Sul	143	14,5	168	15,3	175	15,2	194	15,2	225	14,3
Brasil	986	100,0	1099	100,0	1154	100,0	1277	100,0	1567	100,0
São Paulo	301	30,6	341	31,1	347	30,0	371	29,0	458	29,2

Fonte: IPEA. Valor expresso em bilhões de reais a preços de 2000.

Pacheco (1999, p.263) resume essa idéia do seguinte modo: “É a isto que me refiro como tendência de fragmentação da economia nacional pela quebra dos laços de solidariedade econômica que existiam entre as regiões brasileiras e que manifestavam um enorme potencial de crescimento nas fases de aceleração cíclica”. Aos novos fatos e tendências econômicas mais relevantes associaram-se novas tendências geo-espaciais: umas concentradoras e outras desconcentradoras. De fato, a própria realidade mundial é portadora de grandes diferenciações e particularidades que são usadas pelos atores globais (empresas multinacionais) quando formulam suas estratégias de negócios em cima das particularidades contidas no espaço – em tal lugar em cima da mão-de-obra abundante qualificada ou em outro lugar onde as externalidades em termos de infraestrutura econômica (energia, transporte e telecomunicações fazem a diferença) e social (educação, saúde e pesquisa e desenvolvimento). Apesar disso, os principais atores da globalização – os grandes conglomerados transnacionais – tentam impor certa homogeneização estabelecendo assim um único padrão competitivo para o mercado internacional – baseado em mão-de-obra qualificada e tecnologia de ponta – o que implica reproduzir o conflito entre os interesses econômicos e financeiros globais e o regional e local.⁴⁹ Os atores

⁴⁸ Araújo (1995); Carvalho (2005)

⁴⁹ Araújo (2000, p.275-280)

globais empregam todos meios disponíveis para que o poder de regulação dos Estados nacionais desapareça.⁵⁰

Para Pacheco (1996, p. 130), a fragmentação do espaço econômico regional, ocorrida nos anos 80 e 90, seria o resultado da longa recessão econômica deste período, como conseqüência da política de concentração da demanda interna e da importância assumida pelas exportações para gerar divisas para o pagamento dos juros e amortização da dívida externa contraída durante e depois do II PND. Não obstante, apesar da importância do setor exportador nos anos 80, como resposta aos estímulos fiscais, creditícios e cambiais proporcionados pelo Estado Nacional, não deve ser esquecido que o crescimento da economia brasileira ainda depende do comportamento da demanda efetiva dos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis e não-duráveis, além dos investimentos públicos.⁵¹ É no âmbito da acumulação de capital desses setores que é decidida a dinâmica cíclica do crescimento econômico do país como um todo, e das regiões por meio das relações de complementaridade setorial-regional, e não apenas com base na demanda externa. Isto não impede que determinadas estruturas regionais possam alternar seus níveis de produção vendáveis, em função da conjuntura, para o mercado doméstico ou para o mercado internacional.

Neste aspecto, Carvalho (2005a, p.69) assim se manifesta:

“Por isso, receio ser precipitado se falar em processo de fragmentação da economia nacional, como sugere Pacheco (1966), pelo fato de algumas regiões especializadas na exportação de *commodities* estarem tendo melhor inserção competitiva no mercado internacional ou ainda porque outras porções regionais estarem se beneficiando dos investimentos privados (nacionais ou estrangeiros) resultantes da “guerra fiscal” entre os estados subnacionais”. Cano (1977, p.104) também considera prematura a tese da “fragmentação do espaço nacional” na medida em que são ainda fortes os elos econômico-espaciais entre o núcleo da acumulação econômica e financeira (São Paulo) e a periferia da economia brasileira ainda permanecem integrados.

O padrão de desenvolvimento no Brasil tem uma característica marcante: a concentração da riqueza e da renda em termos regionais e urbanos. Porém, nos últimos anos vinha se notando uma certa desconcentração inter-regional no sentido do centro em direção a periferia por meio da ação do Estado nacional com sua política nacional de desenvolvimento regional. Não obstante, como a globalização, observa-se uma tendência dos investimentos em plantas industriais de alta tecnologia e exigente de capital humano com tendência a se concentrar nos centros urbanos mais dinâmicos e competitivos do Sudeste.⁵² Como conseqüência, nota-se que, a partir do ano de 1995, a distribuição do PIB regional por setor da economia aponta para uma mudança da qualitativa do processo de desconcentração regional que prossegue como decorrência do aumento das taxas de crescimento econômico das regiões da periferia. De fato, as mudanças no padrão tecnológico e gerencial, o processo espacial de reestruturação produtiva e as políticas de apoio as exportações de empresas competitivas apontam no sentido de uma reconcentração urbano-industrial seletiva nas cidades desenvolvidas do polígono regional do Centro-Sul – Belo Horizonte, Uberlândia, Maringá, Porto Alegre, Florianópolis, São Jose dos Campos – Belo Horizonte, excluída a área metropolitana de São Paulo. [(Diniz, 1993); (Carvalho, 2005)]. A abertura comercial com a presença do MERCOSUL sugeria que o comércio

⁵⁰ Araújo (2000, p.352-359)

⁵¹ Carvalho (2005, p.68-69)

⁵² Carvalho (2005a)

exterior entre os países do Cone Sul iria beneficiar os estados do Centro-Sul em detrimento dos estados do Norte-Nordeste.

A inflexão percebida em 1995 sugeria uma possível tendência à reconcentração macroespacial das atividades industriais e de serviços no Centro-Sul do Brasil devido o esperado efeito dinamizador da expansão comercial do MERCOSUL sobre a produção e os serviços das grandes cidades do Cone Sul. Essa possibilidade era forçada não somente pela predominância dos serviços de exportações em cidades de porte mediano e com melhor oferta de serviços, como também pela importância estratégica da grande metrópole (São Paulo) como centro de decisão e o maior dinamismo das chamadas metrópoles de segundo nível da Região Centro-Sul (Belo Horizonte, Campinas, Curitiba e Porto Alegre).⁵³ Quanto às regiões da periferia brasileira mais distante (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), o menor peso no comércio do MERCOSUL, o menor dinamismo de suas cidades e metrópoles, além da maior distância desse mercado, tudo isso dificultou a possibilidade de integração da Região Norte no comércio deste novo mercado.⁵⁴

O processo de modernização tecnológica pode ser visualizado por meio dos resultados do aumento da produtividade, das mudanças nos padrões de organização produtiva e gerencial e na emergência de novas áreas industriais com a forte presença de empresas de alta tecnologia. Dentre as áreas do Centro-Sul que abrigam as indústrias de alta tecnologia cabe destacar as seguintes: Campinas, São Carlos e São José dos Campos no Estado de São Paulo; Santa Rita de Sapucaí, Pouso Alegre e Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais; Curitiba no Paraná; Florianópolis em Santa Catarina; e Porto Alegre e Caxias do Sul no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, a continuar esse processo de re-localização de empresas de alta tecnologia nas regiões Sudeste-Sul, especialmente nas cidades de porte médio dotadas de boas condições locais, poderá haver um processo qualitativo de reconcentração regional de natureza urbano-industrial.⁵⁵ O processo de globalização industrial, em condições cada vez mais competitivas, deverá aprofundar essa tendência de localização seletiva. De qualquer modo, não se pode negar que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste melhoraram as suas posições relativas em todos os setores econômicos, como mostra a Tabela 6. É preciso observar que o MERCOSUL surgiu de um grande acordo político entre os presidentes do Brasil, Argentina e Uruguai. Neste sentido, o MERCOSUL nasce mais como uma Zona de Livre Comércio e de União Aduaneira incompleta, e não como um verdadeiro mercado integrado, a exemplo do Mercado Comum Europeu. Mesmo assim, a sua consolidação poderá estimular outras integrações nacionais na América Latina e novas parcerias comerciais com outros países fora da região.

Tabela 6: Evolução da Composição do PIB Setorial por Região do Brasil: 1985-2005

Regiões e Estado	Setor Agropecuário									
	1985		1990		1995		2000		2005	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Norte	5,6	5,9	8,5	11,5	6,7	8,5	5,9	7,7	6,3	9,5
Nordeste	19,5	20,4	13,9	18,8	15	19,1	12,6	16,5	12,5	18,9
Centro-Oeste	7,2	7,5	5,6	7,6	7,6	9,7	9,9	12,9	12,4	18,7
Sudeste	35,5	37,1	26,3	35,5	28,3	36,1	24,8	32,4	19,7	29,7
São Paulo	17,2	18,0	15	20,2	16,8	21,4	13,9	18,2	7,1	10,7
Sul	27,9	29,2	19,7	26,6	20,9	26,6	23,3	30,5	15,3	23,1

⁵³ Diniz (2002, p.112-113)

⁵⁴ Carvalho (2005, p.96-106)

⁵⁵ Diniz (2000, p.92-93)

Brasil	95,7	100,0	74,1	100,0	78,5	100,0	76,5	100,0	66,3	100,0
Setor Industrial										
Norte	12,7	3,4	15,3	4,1	15,9	4,6	18,5	4,5	18,4	5,4
Nordeste	44,3	11,9	38,9	10,4	37,5	10,9	47,4	11,5	40,1	11,8
Centro-Oeste	7,9	2,1	8,2	2,2	10,5	3,1	13,7	3,3	16,6	4,9
Sudeste	251,5	67,5	238,9	64,1	213,3	62,3	254,6	61,9	204,2	60,1
São Paulo	162,5	43,6	161,9	43,5	137,8	40,2	145,4	35,4	122,2	36,0
Sul	56,5	15,2	71,2	19,1	65,3	19,1	76,9	18,7	60,6	17,8
Brasil	372,8	100,0	372,6	100,0	342,5	100,0	411,2	100,0	339,9	100,0
Setor de Serviços										
Norte	12,4	3,2	19,5	4,0	19,4	3,9	22,9	4,3	34,6	4,6
Nordeste	50,5	13,2	63,8	13,2	65,0	13,0	73,3	13,6	102,3	13,6
Centro-Oeste	36,1	9,4	66,7	13,8	42,1	8,4	49,6	9,2	76,7	10,2
Sudeste	226,9	59,3	264,3	54,8	294,8	59,0	308,2	57,2	422,4	56,0
São Paulo	127,7	33,4	151,3	31,4	172,4	34,5	181,2	33,6	256,3	34,0
Sul	56,9	14,9	68,1	14,1	78,3	15,7	79,9	14,8	118,9	15,8
Brasil	382,9	100,0	482,4	100,0	499,6	100,0	538,7	100,0	754,8	100,0

Fonte: IPEA.

Não obstante, a exclusão comercial dos estados da Região Norte do MERCOSUL não é tão desesperador como se possa pensar. De fato, contrariando os argumentos neoliberais, Castro (1999) revela alguns fatos e tendências que devem ser considerados para explicar a atual mudança qualitativa na fronteira brasileira: primeiro, a produção de grãos e de carne bovina em grande escala, usando técnicas modernas e amplamente dominadas pelos empresários, vem crescendo nas regiões de fronteiras do Centro-Oeste e na Amazônia Legal com nítida vantagem competitiva quando comparada com as zonas produtoras tradicionais do Brasil. Os custos menores são devidos a dois fatores, às vezes, deixados de lado: o primeiro fator refere-se à topografia plana que implica não haver restrições à mecanização agrícola do mais elevado grau; o segundo fator, igualmente decisivo, diz respeito à regularidade climática com chuvas abundantes e luz solar praticamente o ano todo facilitando a ação bioquímica da fotossíntese sobre os cultivares agrícolas.⁵⁶ Além desses fatores, atua em favor da competitividade agropecuária das áreas de fronteiras o baixo preço da terra e a escassa ocupação previa das terras.

As regiões de fronteiras, por outro lado, têm normalmente atraído à mão-de-obra necessária para as suas atividades agropecuárias, selecionando essa força de trabalho a partir de outras regiões do país. No caso da produção de carne bovina na Amazônia paraense, está em curso o processo de verticalização da agroindústria com a presença de frigoríficos e curtumes e outros derivados. Nota-se também o avanço da produção de soja e novos pólos econômicos sub-regionais estão sendo criados a partir da descoberta de novas fontes de recursos minerais.

A fronteira mineral da Amazônia paraense vem criando *novos enclaves* que se distinguem dos enclaves tradicionais – em geral comandados por empresas estrangeiras – por duas razões: a primeira porque essas economias minerais concentradas estão sob o controle de empresas nacionais, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) hoje uma empresa de porte multinacional; a segunda porque vem sendo adotada uma estratégia de verticalização industrial que já culminou com a constituição da cadeia produtiva básica – no caso da indústria de alumínio metálico – e que vem tendo prosseguimento “para frente” com a instalação de outros elos da cadeia industrial, a exemplo da indústria de móveis de

⁵⁶ Castro (1999, p.92-93)

alumínio e da indústria de fios de alumínio para a rede elétrica de alta tensão. Do ponto de vista do mercado de *commodities* minerais, o elevado teor de pureza dos minérios da Grande Província Mineral de Carajás e a logística do sistema de transporte ferroviário-marítimo, ligando a minas do Pará ao porto de Itaquí no Maranhão e deste aos portos dos grandes países demandantes de ferro-gusa, tiveram como resultado prático o aumento das exportações de *commodities* com valor agregado mais elevado do que as exportações de minérios brutos como ocorriam no passado recente.

A dinâmica econômica das regiões de “fronteiras de recursos”, como a Amazônia paraense, não pode mais deixar de ser considerada nas análises sobre o desempenho da economia brasileira. Neste particular, como observa Castro (1999, p.93), no seu excelente ensaio, “a importância da reativação das *fronteiras* é que a economia (brasileira) passa a contar com um fator de impulsão, potencialmente vigoroso, praticamente não mais existente no mundo contemporâneo. Para tanto, contudo, é preciso que a economia seja redesenhada do ponto de vista espacial. Um consenso vem se formando em torno da idéia de uma radical transformação do *sistema logístico* brasileiro é possível – e já começa a ser implementada”.

De fato, no caso específico do complexo industrial mineiro-metalúrgico-siderúrgico localizado no território da economia paraense, vem também ocorrendo o processo de verticalização industrial do ferro, alumínio e de outros minérios (ouro, cobre, prata, níquel, caulim), com o diferencial competitivo por possuírem alto teor de pureza, constituindo-se assim as primeiras cadeias produtivas industriais produzindo *commodities* de mais alto valor agregado. Dado o que foi dito acima, é lícito concluir que, à medida que a logística do transporte multimodal for consolidada na Amazônia paraense e adjacências, a indústria mineral poderá atingir níveis mais altos de elaboração produtiva, de forma a contribuir à geração de emprego e renda na região. No período entre 1995-2005, o PIB per capital da Amazônia paraense aumentou de R\$ 3.256,00 (1995) para R\$ 3.539,00 (2005). Mesmo assim, isto significou um declínio da participação do PIB per capita do Pará em relação ao PIB per capita do Brasil, como mostra a Tabela 7.

Tabela 7: PIB per capita dos Estados do Norte em relação ao do Brasil (%): 1995-2005

Estados	1995		2000		2005	
	Valor	% Brasil	Valor	% Brasil	Valor	% Brasil
Acre	3.057	49,7	3.047	47,4	4.280	58,2
Amazonas	6.698	108,9	6.663	103,6	6.483	88,2
Amapá	4.802	78,1	4.215	65,6	4.627	62,9
Pará	3.256	52,9	3.007	46,8	3.539	48,2
Rondônia	3.543	57,6	3.887	60,5	5.298	72,1
Roraima	2.586	42,1	3.347	52,1	5.118	69,6
Tocantins	1.773	28,8	2.117	32,9	4.383	59,6
Norte	3.920	63,7	3.872	60,2	4.570	62,2
Brasil	6.150	100,0	6.430	100,0	7.350	100,0

Fonte: IPEA.

2.3. Industrialização e urbanização na Amazônia paraense

Da dinâmica regional mais intensa desde os anos 70, tendo o Estado nacional a frente das ações que redundaram no processo de ocupação e desenvolvimento do território da Amazônia paraense mais recente, derivou os processos de urbanização com a criação de novas cidades e a transformação de outras tantas. Neste sentido, a Amazônia paraense precisa ser lida também como uma região cada vez mais urbana, com quase 70% de sua

população vivendo nas cidades, ainda que essa estatística possa ser questionada em função das estruturas rural-urbanas existentes. O novo desafio é de não repetir os velhos esquemas que optaram pela análise segmentada do urbano, mas procurar entender esse processo como parte da dinâmica regional sobre o território da formação sócio-espacial paraense.

Hobsbawm (1979) faz uma interessante observação quando analisa a “Era do Capital” durante a fase do nascimento do capitalismo industrial inglês: “A cidade era sem dúvida o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita à estrada de ferro”.⁵⁷ Para Hobsbawm(1979), a principal diferença existente entre uma pequena cidade tradicional e uma grande cidade, quer dizer um grande aglomerado humano chamado metrópole, não é exatamente ela ser um grande centro industrial, embora possa conter um bom número de fábricas, mas mais precisamente por ser a metrópole urbana um grande centro de comércio de toda ordem, de transporte, de administração e de uma multiplicidade de serviços pessoais e coletivos que uma grande concentração humana atrai. Na Inglaterra, como de resto em outros países da Europa ocidental, a passagem de uma economia agrária para uma economia industrial não ocorreu de maneira abrupta como nas economias latino-americanas, em particular a brasileira.

Na Europa ocidental, houve uma maior interação entre a indústria e a agricultura. De fato, na medida em que avançava a industrialização nas áreas urbanas, este processo passou a exigir respostas complementares nas áreas rurais como consequência da modernização da agricultura. A modernização dos países europeus também gerou êxodo rural, porém seu impacto nas cidades pode ser suavizado: primeiro porque padrão industrial foi capaz de absorver boa parte do êxodo rural; segundo porque o grande fluxo de emigração europeia para o “novo mundo” conseguiu enxugar parcela significativa do excedente demográfico. Além disso, o desenvolvimento industrial urbano exigiu a produção de uma série de serviços complementares e modernos. Dessa forma, as economias urbanas europeias puderam responder com eficiência a produção não só do comércio, mas dos transportes, das finanças e dos serviços de educação e saúde pública. Enfim, o processo de urbanização dos países de industrialização avançada percorreu um longo caminho histórico.

O padrão de urbanização brasileiro imitou mais o modelo norte-americano do que o modelo europeu, com sua secular estabilidade demográfica.⁵⁸ Na América Latina, e em particular no Brasil, a industrialização tardia desencadeou um processo de urbanização diferente do europeu.⁵⁹ Nos anos de 1929-1933, a industrialização proporcionou uma lenta expansão urbana, mas nas décadas seguintes a urbanização ocorreu de forma abruptamente acelerada e concentrada em São Paulo.⁶⁰ Nas fases da industrialização restringida e pesada, em que pese o fato de que a indústria urbana tenha incorporado uma grande quantidade de mão de obra nos setores recém-implantados, ainda assim a geração do emprego urbano não foi suficiente para absorver toda a população emigrante que saía do rural atrasado. Isto se deve ao fato de que, de um lado, a modernização das indústrias tradicionais de bens de consumo não-duráveis acabou expulsando mão-de-obra; de outro lado, o rápido avanço da industrialização nas principais cidades do Sudeste não se deu de forma complementar ao setor produtor de serviços não gestando assim as condições à ampliação do emprego do terciário produtivo.

⁵⁷ Hobsbawm (1979, p.222)

⁵⁸ Oliveira (2006, p.48-50)

⁵⁹ Singer (1978, p.61-90)

⁶⁰ Singer (1978, p.115-135)

Nas palavras de Cano (1986): “como não se completa a estrutura industrial, não se cria ainda a condição para um aprofundamento técnico maior do setor serviços. Contudo, há que registrar que este sofreu importantes mudanças, principalmente no comércio e transporte, que o capacitou a dar o necessário suporte à expansão industrial. O terciário, assim, cresceu de forma “anormal”, aumentando a ocupação em compartimentos “produtivos”, ao mesmo tempo que “inchava” outros – principalmente os serviços pessoais – de baixa produtividade, amortecendo parcialmente a procura de emprego. È a partir daí que a chamada economia “informal” de serviços acentua a sua presença. Com isto, o crescimento urbano da cidade de São Paulo e seu entorno adquiriu a forma de metropolização, adensando e conturbando o espaço”.⁶¹

O avanço da industrialização em direção a agricultura, sobretudo nos anos 70, culminou com a modernização da agricultura. Contudo, essa modernização ficou restrita a alguns setores e regiões que acabou provocando um novo êxodo rural – gerado tanto pelo progresso quanto pelo atraso das regiões atingidas – em direção as grandes cidades do centro-sul e também para a Amazônia paraense. De fato, parte substancial desse êxodo rural migrou para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ampliando assim as camadas sociais da economia informal, das favelas e da marginalidade; e parte migrou sob o estímulo do Estado nacional à fronteira agrícola da Amazônia paraense. Vejamos, na seção seguinte, a heterogeneidade regional da urbanização na Amazônia paraense.

2.2.1. O padrão urbano tradicional das cidades da Amazônia paraense

Depois da criação da cidade de Belém no século XVII, como estratégia de defesa e conquista demarcatória do território amazônico pelo colonizador português, o processo de criação de cidades e sua dinamização na Amazônia foram incipientes. Durante quase três séculos, que se seguem após a criação da cidade de Belém, apenas pequenos aglomerados humanos surgem dispersos nas margens dos rios amazônicos. Essas pequenas cidadelas funcionavam como entrepostos do comércio das drogas do sertão do projeto de povoamento do Estado metropolitano português. A partir do século XIX, com a economia da borracha, intensificou-se a ocupação humana na Amazônia com a criação e/ou recriação de vários povoados, ao longos dos rios Madeira, Purus e Juruá, que serviram de apoio à exploração do látex e que, posteriormente, foram transformados em vilas e cidades.⁶²

Depois da crise da economia da borracha, por volta de 1910, algumas cidades apresentaram um crescimento que se estendeu até 1960: a cidade de Marabá no Sul do Pará em decorrência da pecuária e do extrativismo da castanha; as cidades do Médio Amazonas, especialmente Santarém, no Pará, e Parintins, Itacoatiara e Manacapuru, no Amazonas, por conta da agricultura da Juta. Na década de 40, a mudança mais importante, do ponto de vista territorial, foi a criação dos territórios federais: Guaporé (Rondônia), Rio Branco (Roraima) e Amapá, este último subtraído do território do Pará. Ainda na década de 40, por conta do “Acordo de Washington”, que visava aumentar a produção de borracha para os EUA, foram criadas os núcleos urbanos de Fordlândia e Belterra em Santarém no estado do Pará. Na década de 50, com a criação da SPVEA, outras cidades foram criadas na Amazônia.

A dinâmica urbana da Amazônia paraense é configurada pela grande cidade de Belém, outras cidades de porte médio e uma rede de pequenas *cidades ribeirinhas*. Uma das principais características desse processo histórico de criação de cidades na Amazônia

⁶¹ Cano (1986, p.19)

⁶² Oliveira & Schor (2008, p.16-17); Cardoso & Lima (2006, p.55-65)

paraense é o fato da maioria delas ficarem situadas nas margens dos rios da Amazônia formando uma “rede” de cidades interligadas por meio dos rios – as *ciudades ribeirinhas*. As cidades ribeirinhas, como são conhecidas na Amazônia paraense, formam um *continuum* de pequenas aglomerações urbanas, mas que são importantes pela formação de uma ampla rede de trocas econômicas, comerciais, culturais e sociais que se reproduzem no tempo e se espalham no espaço. A navegação fluvial – realizada através do emaranhado de cursos d’água das diversas bacias hidrográficas organizadas a partir da referência principal do Grande Rio Amazonas – é o principal meio de transporte responsável pela ocupação humana desde os tempos imemoráveis.⁶³

A urbanização da Amazônia paraense nascida com os ciclos econômicos extrativos permaneceu assim, em níveis do século XIX, pelo menos até a década de 60. A disposição geográfica dos núcleos urbanos obedecia à distribuição fluvial, seguindo um padrão disperso, à exceção das cidades produto da colonização da Zona Bragantina no Pará que foram criadas ao longo da ferrovia que ligava Belém-Bragança. Becker (2005), analisando a dinâmica urbana na Amazônia, considera a maioria dos núcleos urbanos do *hintherland* da Amazônia paraense a rigor não se constituía rigorosamente uma cidade: não só pelo seu isolamento geográfico, mas também porque não possuíam a infraestrutura urbana e nem vida urbana efetiva, com exceção das capitais. Não obstante, esse padrão tradicional de urbanização é profundamente alterado pela tecnologia das grandes rodovias e das mega-usinas hidrelétricas que abre um novo espaço para a emergência de um padrão de urbanização moderna.

De fato, o processo de ocupação humana de Belém do Pará intensificou-se a partir de 1960 sob o impulso de políticas macro-regionais do Estado nacional: o I Plano de Desenvolvimento Nacional (1955-60), a Operação Amazônia (1966), o Plano de Integração Nacional (1970) e, sobretudo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento – o II PND. A consequência dessas políticas foi um intenso movimento migratório do Nordeste e do Sul para a Região Norte, sobre a Amazônia paraense. Disso decorre a fase de metropolização de Belém marcada pela mudança da sua estrutura produtiva e humana nos seus espaços urbanos.⁶⁴

2.2.2. O padrão urbano moderno das cidades da Amazônia paraense

As metáforas usadas para descrever a Amazônia – tais como El Dourado, Segundo Éden, Inverno Verde, Pulmão do Mundo e Última Fronteira – têm em comum a evocação da imagem de que a Amazônia é essencialmente uma região rural, coberta por uma imensa floresta tropical úmida e pela maior bacia hidrográfica do mundo com especial destaque para o majestoso Rio Amazonas, onde vivem esparsamente índios, seringueiros, caucheiros, fazendeiros, camponeses, caboclos e outros tipos culturais. Essa imagem popularizada da Amazônia como uma consequência da importância ecológica e ambiental da sua floresta tropical úmida, entretanto, choca-se com o paradoxo da recente urbanização da Amazônia. De fato, a despeito dessa imagem de uma região predominantemente rural, a Amazônia tem sido predominantemente urbanizada desde 1960.

Para Castells (1983), “o termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e

⁶³ Castro & Santos (2006, p.30)

⁶⁴ Faure, Prost & Catro (2006, p.185-195); Prost (2006, p.272-286)

à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana”.⁶⁵ Esta noção tem uma dupla finalidade:

- a) Fazer corresponderem formas ecológicas e um conteúdo cultural dominante (urbano) sobre o dominado (rural);
- b) Sugerir uma ideologia da produção de valores sociais a partir de um fenômeno considerado “natural” de densificação e de heterogeneidade sociais.

A noção urbana, oposta à rural, historicamente tem um sentido sociológico: oposição espacial-setorial da riqueza (urbano-industrial) à pobreza (rural-agricultura).⁶⁶ Neste sentido, a noção urbana (em oposição à rural) pertence à dicotomia ideológica sociedade tradicional versus sociedade moderna, e diz respeito a uma certa heterogeneidade social e funcional, o que torna difícil defini-la com precisão a não ser pelo grau de concentração humana, pela concentração de atividades industriais e de serviços e por uma forma de produção e organização do espaço em bases capitalistas [(Singer (1978); Santos (1997))].

No Brasil, a definição de urbano e rural está associada a história dos censos demográficos. O urbano é praticamente representado pela sede do município; enquanto o rural é definido pela diferença e distância do que seja o espaço urbano. A idéia quantitativa é tão forte que município e cidade são, às vezes, tratados como sinônimos nos escritos sobre o tamanho de municípios. A maioria dos estudos urbanos dá preferência às cidades grandes do centro econômico nacional dos países. Além do mais, quase sempre, a cidade é definida pelo tamanho da sua população.

Outro fenômeno urbano importante, porém pouco investigado, diz respeito ao crescimento das cidades pequenas e médias, sobretudo daquelas da *fronteira urbana*. Santos (1979) não acha correto classificar as cidades só pelo critério de tamanho da população ou do seu produto. Ao invés de chamar cidades pequenas, Santos (1979) define a “cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda a população, função esta que implica uma vida de relações”.⁶⁷ As *cidades locais* são cidades que possuem uma dimensão mínima a partir da qual as aglomerações humanas deixam de servir apenas às necessidades das atividades primárias para servir as múltiplas necessidades inadiáveis do aglomerado populacional urbano, com verdadeira especialização do espaço.⁶⁸ Jacobs (1969) distingue uma pequena cidade (*town*) de uma grande cidade (*city*) pelas funções urbanas que a *city* desenvolve como um centro humano aglutinador de múltiplas atividades produtoras de bens e serviços e outras de lazer, cultura e esportes de todos os tipos à população no seu interior e fora do seu espaço de referência geográfico.

Nos anos 60, com a construção da cidade de Brasília e a construção da extensa rodovia Belém-Brasília, tem início uma nova fase do processo de urbanização da Amazônia paraense que não deixa de ser um produto da industrialização pesada da economia brasileira que começou de forma centralizada na Região Sudeste, em especial em São Paulo. A necessidade da formação do mercado nacional de tamanho continental implicou na integração física da economia paraense com a Região Centro-Sul. A Amazônia paraense é uma importante região para as indústrias nacional e internacional não só como fornecedora de insumos básicos – energia e matérias-primas – mas também como mercado

⁶⁵ Castells (1983, p.24)

⁶⁶ Singer (1978, p.13)

⁶⁷ Santos (1979, p.71)

⁶⁸ Santos (1979, p.69-71)

receptor para os bens e serviços que vêm dos centros urbanos do país e do exterior. A política de ocupação dos espaços rurais, a política de migração induzida pelo governo federal e a política de financiamento dos grandes projetos econômicos acabaram definindo um padrão de desenvolvimento urbano-regional na Amazônia paraense distinto do ocorrido até os anos 60.

Nas décadas de 60-70, principalmente, as cidades da Amazônia paraense passaram a funcionar como recurso estratégico e base logística para um padrão de ocupação produtivo, em bases capitalistas, antes mesmo da implantação dos projetos econômicos, agropecuários e industriais. Neste contexto, as tradicionais “cidades ribeirinhas” perderam espaço e funcionalidade no novo modelo de ocupação produtiva para os novos espaços definidos pelo Estado-planejador. Neste novo contexto, as cidades da Amazônia paraense assumiram o estratégico papel de elo mediador entre as políticas de ocupação e desenvolvimento econômico conduzidas pelo Estado nacional à região e o processo de ressocialização da população migrante – a força de trabalho móvel própria da fronteira urbana.⁶⁹

Na verdade, em sua origem histórica, a questão urbana brasileira não está dissociada da questão agrária. Basta lembrar que a travessia de uma economia rural-exportadora para uma economia urbano-industrial significou uma mudança na estrutura daquelas cidades que receberam um grande fluxo migratório vindo do meio rural do Norte-Nordeste em busca de emprego na cidade de São Paulo. De certo modo, o impasse criado com o adiamento da reforma agrária foi, em parte, resolvido com a saída de trabalhadores do ambiente rural para o meio urbano onde reproduziram o suburbano e as favelas. A questão regional surge, portanto, como uma preocupação do Estado brasileiro para reduzir o grande fluxo migratório que partia dos estados do Nordeste em direção a São Paulo e Rio de Janeiro.

Nos anos 1970-90, assistiu-se um explosivo crescimento das cidades de porte médio no Brasil. Este crescimento, por certo, foi acompanhado por um novo movimento migratório partindo do meio rural e também das grandes cidades em direção as cidades médias mais próximas. As cidades médias serviram de “diques” impedindo que parte do êxodo rural fosse dirigida para as grandes metrópoles urbanas do país. Outra possibilidade reside na maior diversidade de atividades nas regiões metropolitanas vis-à-vis as cidades médias, o que ampliaria as oportunidades dos grupos extremamente vulneráveis dos imigrantes não qualificados de meio rural nas metrópoles nacionais.⁷⁰

As cidades médias foram mais “receptivas” aos imigrantes de origem urbana; enquanto isso as regiões metropolitanas foram mais “receptivas” aos imigrantes de origem rural. Uma possibilidade explicativa seria o fato de que parte significativa dos imigrantes urbanos que se dirige para as cidades médias seja formada por ex-moradores dos *centros urbanos nacionais* que, por suas boas habilidades profissionais, conseguem valorizar sua posição nos mercados de trabalho das cidades médias. Um recorte amostral que reproduz a participação relativa das cidades médias vis-à-vis as grandes cidades das regiões metropolitanas demonstra um crescimento favorável para as cidades de porte médio, como mostra a Tabela 8.

Tabela 8: Distribuição populacional (%), Taxas geométricas médias anuas de crescimento e

Incremento populacional (%): 1970-1996

⁶⁹ Pereira (2006, p.24)

⁷⁰ Andrade & Serra (2002, p.132-133)

Discriminação	Distribuição da População (%)								
	1970		1980		1991		1996		
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	
Regiões Metropolitanas	23,6	25,3	34,4	28,9	42,6	29	46	29,3	
Cidades Médias	10,1	10,8	14,5	12,2	19,7	13,4	21,7	13,8	
Brasil	93,1	100	119	100	146,8	100	157,1	100	
Discriminação	Taxas Geométricas Anuais de Crescimento (%)						Incremento Populacional (%)		
	70-80		80-91		91-96		70-80	80-91	91-96
Regiões Metropolitanas	4,0		1,8		1,6		45,9	23,8	8,1
Cidades Médias	3,7		2,8		2,0		44,4	35,5	10,2
Brasil	2,5		1,9		1,4		27,8	23,4	7,0

Fonte: Andrade & Serra (2002). * As metrópoles: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo

Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. ** Cidade Médias: população

Entre 100 mil a 500 mil habitantes. Pop. = Milhões de habitantes. Elaboração própria.

A urbanização tardia brasileira, paralelamente com a industrialização tardia, ocorreu de forma diferente da dos países de capitalismo avançado. A dimensão débil da indústria e da economia urbana brasileira não foi capaz de acomodar o excedente demográfico que saía do grande reservatório de mão-de-obra que existia no mundo rural. Na Região Norte, ao contrário do Sudeste, a urbanização foi mais o resultado da própria expansão da “fronteira” do que da modernização da agricultura através do uso intensivo de tratores e adubos. Entre 1970/80, mais de 60% do incremento demográfico ocorrido na Região Norte foi absorvido pelas suas pequenas, médias e grandes cidades, existentes e em formação, de modo que a “fronteira agrícola tornou-se uma fronteira urbana. Não se trata apenas de urbanização na fronteira, mas de uma verdadeira *urbanização da fronteira*”.⁷¹

Nos anos 50 e 60, as taxas de crescimento da população da Região Norte, que já eram elevadas para os padrões nacionais – 3,9% a.a e 4,4% a.a. respectivamente – cresceram ainda mais nos anos seguintes. Mas, sem dúvida, as taxas médias anuais de crescimento das populações urbanas da Região Norte foram maiores do que as taxas anuais de crescimento das populações regionais. De fato, entre 1960/1970, as taxas médias anuais de crescimento da população urbana das cidades da Amazônia Legal continuaram altas: uma média de 7,0%, como mostra a Tabela 9. Contudo, nota-se que, a partir de 1970, há uma nítida tendência de redução da taxa anual de crescimento da população urbana da Região que alcança, entre 1991/2000, o valor médio igual a 4,8% a.a., como mostra a mesma tabela.

Tabela 9: Taxas médias de crescimento da população do Brasil, Região Norte e Amazônia Legal: 1940-2000

Períodos	Taxa Médias Anuais de Crescimento da População (%)								
	Brasil			Região Norte			Amazônia Legal		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1940/50	3,8	1,6	2,3	3,7	1,8	2,3	3,8	2,0	2,4
1950/60	5,2	1,6	3,0	5,1	2,4	3,3	5,0	3,5	3,9
1960/70	5,2	0,6	2,9	5,4	2,1	3,5	7,0	3,2	4,4
1970/80	4,4	-0,6	2,5	6,4	3,7	5,0	6,7	2,7	4,3
1980/91	3,0	-0,7	1,9	6,3	3,4	5,0	5,4	1,4	3,4

⁷¹ Sawyer (1987, p.46)

1991/00	1,2	-0,6	0,8	4,8	-0,6	2,8	4,8	-1,4	2,4
---------	-----	------	-----	-----	------	-----	-----	------	-----

Fonte: IBGE: Anuários Estatísticos e Censos Demográfico (vários números); SUDAM (2000).

É um grave erro imaginar que a Amazônia paraense, como uma região rural coberta por densas florestas. Essa falsa imagem é negada pelo rápido crescimento da população urbana na Região Norte do país. A expansão urbana na Amazônia é claramente diferente das demais regiões brasileiras. A partir de 1968, com o I PND, o Pará passou a ser vista como uma alternativa para desviar uma parte do fluxo migratório de nordestinos que se dirigia às grandes cidades do Sudeste. Os projetos do governo de colonização agrícola familiar e os grandes projetos econômicos de mineração, agropecuários e de usinas hidrelétricas foram os principais vetores de atração de mão-de-obra à Amazônia paraense. Em torno desses grandes projetos econômicos surgiram as cidades das empresas de mineração e das usinas hidrelétricas (*Company Town*) e outras no entorno delas.⁷² A transição urbana do Brasil ocorreu nas décadas 60-70, de acordo com os censos demográficos. Já os estados da Região Norte tornaram-se urbanizados, com a população urbana ficando igual ou superior a 50% da população total, nas décadas 80-90. Assim, enquanto a população urbana do Brasil saltava de 24,9 % (1920) para 81,2% (2000); a população urbana da Região Norte subia de 24,9% (1920) para 69,9% (2000), como mostra a Tabela 8.

Tabela 8: Evolução da População Urbana no Brasil e na Região Norte: 1940-2000

Anos	Brasil		Região Norte	
	População	% Urbana	População	% Urbana
1940	41236315	31,2	1632917	24,9
1950	51944397	36,2	2048196	28,4
1960	70070457	44,7	2941169	32,6
1970	93139937	55,9	4124818	42,6
1980	119002706	67,6	6619755	50,3
1991	150367800	75,0	9427601	62,8
2000	169799170	81,2	12900704	69,9

Fonte: IBGE.(vários números de Anuários Estatísticos e Censos Demográficos)

O notável crescimento populacional da Região Norte, sobretudo entre 1970-1980, deve-se, em grande parte, aos fluxos migratórios de outras regiões que se dirigiram para a Amazônia. De fato, neste período, a Região Norte recebeu uma população de migrantes de aproximadamente de 852 mil pessoas originárias de fluxos inter-regionais oriundos das regiões do Brasil, sobretudo do Nordeste (67,99%), Centro-Oeste (45,60%) e Sudeste (38,74%), como consta da Tabela 10. Dos estados do Norte os que mais receberam migrantes foram os estados do Pará (374 mil pessoas) e Rondônia (281 mil pessoas).⁷³

Tabela 10:Região Norte: % de Imigrantes Interestaduais por Macrorregião: 1970/80

Estados	Região de Origem					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Acre	5,97	0,79	1,92	1,78	1,02	1,83
Amapá	17,77	0,83	0,53	0,16	0,15	2,66
Amazonas	31,95	5,47	7,01	2,37	1,71	7,78
Pará	15,34	67,99	38,74	16,22	45,60	43,88

⁷² Trindade Jr. & Rocha (2002, p.13-22)

⁷³ Brasil (1997, p.64-65)

Rondônia	19,03	5,02	43,15	77,12	47,56	33,03
Roraima	5,68	2,98	0,58	0,85	0,53	2,10
Tocantins	4,26	16,92	8,07	1,50	3,43	8,72
Total	12,57	35,40	15,00	17,03	20,00	100,00
Nº de Imigrantes	107122	301729	127877	145154	170486	852368

Fonte: IBGE.

O processo de urbanização na Região Norte assume formas distintas da Região Centro-Sul. Por exemplo, a urbanização do estado do Amazonas está intensamente concentrada na cidade de Manaus – capital do estado – como uma conseqüência do Distrito Industrial Eletro-Eletrônico da *Zona Franca de Manaus* (ZFM) que desde o início atraiu parte significativa da população rural e praticamente esvaziou economicamente o interior. A grande cidade de Manaus, encravada na floresta tropical e as margens da confluência de dois grandes rios, Solimões e Negro, recebeu 93,13% da população imigrante, entre 1980/91, como mostra a Tabela 11. Essa situação é bem diferente da que ocorre no Pará que possui uma rede de pequenas, médias e grandes cidades que dão suporte as atividades rurais. Por isso que, ao contrário do Amazonas, o fluxo de imigrantes que se dirigiu para as aglomerações urbanas do estado do Pará evolui só de 35,98% (1970/80) para 50,60% (1980/91), como mostra a mesma tabela. Mesmo assim, o crescimento urbano do Pará foi muito expressivo.

Tabela 11: Destino da população de Imigrantes para os Estados da Região Norte: 1970-1991

Estados	1970/80		1980/91	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Acre	62,90	37,10	66,19	33,81
Amapá	53,95	46,05	83,25	16,75
Amazonas	88,81	11,19	93,13	6,87
Pará	35,98	64,02	50,60	49,40
Rondônia	36,81	63,19	54,85	45,15
Roraima	71,06	28,94	73,53	26,47
Tocantins	46,94	53,06	68,80	31,20
Região Norte	43,03	56,97	59,99	40,01

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991.

É bom ressaltar que uma parcela significativa da expansão da população do Pará é devida ao fluxo de imigração interestadual da própria Região Norte, de 43,89%, entre 1970/80, e de 37,90%, entre 1980/91, como mostra a Tabela 12. O crescimento urbano da Região Norte pode ser observado por intermédio do comportamento das taxas médias anuais de crescimento da população urbana em ritmo superior as do Brasil.

Tabela 12: Imigração Interestadual das Unidades da Federação da Região Norte: 1970/91

Estados	1970/80			1980/91		
	Imigração Interestadual	% da Migração	% da Migração na Pop.	Imigração Interestadual	% da Migração	% da Migração na Pop.
Acre	15573	1,83	5,17	23133	1,8	5,54
Amapá	22714	2,66	12,96	41222	3,21	14,25
Amazonas	66327	7,78	4,64	102127	7,96	4,86
Pará	373991	43,89	10,99	486275	37,90	9,82
Rondônia	281487	33,02	57,33	401934	31,34	35,48
Roraima	17909	2,1	22,63	62387	4,86	28,67
Tocantins	74367	8,73	10,39	165877	12,93	18,03

Região Norte	852368	100	100	1282955	100	12,79
--------------	--------	-----	-----	---------	-----	-------

Fonte: IBGE: Anuários Estatísticos e Censos Demográficos (Vários números)

A partir dos anos 70, ao invés da criação das apáticas e insulares cidades ribeirinhas localizadas nos ecossistemas das *várzeas e dos igapós* das margens dos rios da Amazônia paraense, de modo de produção econômico e vida social tipicamente rural, como foram descritas pelos antropólogos a menos de uma geração atrás, a novidade agora é a proliferação de novos centros urbanos, localizados ao longo das estradas nas áreas altas dos ecossistemas de *terra firme* da densa floresta amazônica, anteriormente inacessíveis. Em 1960 só 22 cidades da Região Norte do Brasil possuíam uma população com mais de 5.000 habitantes. Em 2000, 449 cidades possuíam uma população com mais de 5.000 hab. Dessas 449 cidades, duas delas – Belém e Manaus – tinham uma população com mais de 1.000.001 habitantes, como mostra a Tabela 13.

Tabela 13: Número das cidades da Região Norte do Brasil: 1960-2000

Tamanho das Populações Urbanas (hab.)	1960	1970	1980	1991	2000
5.000 – 20.000	18	28	50	87	302
20.001 – 100.000	2	8	13	38	133
100.001 – 1.000.000	2	2	3	6	12
1.000.001 e acima	0	0	1	2	2
Total de cidades com mais de 5000 hab.	22	33	67	133	449

Fonte: IBGE: Anuários Estatísticas e Censo Demográficos (vários anos).

O crescimento da rede de cidades da Região Norte e as mais elevadas taxas de crescimento da população urbana têm ocorrido na fronteira de colonização e expansão da pecuária do Sudeste do Pará (Marabá e Redenção); na fronteira do cultivo da soja e da criação da pecuária no Baixo Amazonas do Pará (Santarém) e nas cidades vizinhas a RMB tais como Castanhal (entrepasto comercial) e Barcarena (cidade industrial e portuária). Neste contexto urbano, as pequenas, médias e grandes cidades formam na fronteira amazônica uma *periferia urbana* de características distintas de outras regiões brasileiras e de outros países.⁷⁴

Distintas das *cidades ribeirinhas* que nasceram as “beiras dos rios” nas regiões de fronteiras do século passado, cuja população esteve praticamente isolada pela ausência de conexão de transporte e comunicação com o mundo exterior, as cidades locais das “beiras das estradas” da Amazônia paraense contam com fluxos globais de informação, de telecomunicação, de comércio com o mundo exterior e com o suporte financeiro das políticas públicas do governo federal e estadual que auxiliam os governos locais com recursos públicos provenientes das transferências constitucionais, a exemplo do FPM, e das transferências intergovernamentais para financiar obras públicas locais.

A geógrafa brasileira Bertha Becker (1990) foi uma das primeiras a reconhecer a novidade da natureza urbana do processo de formação das cidades na Amazônia paraense: Na Amazônia brasileira, a “urbanização não é uma consequência da expansão da agricultura: a fronteira nasceu urbanizada e mantém um ritmo de urbanização mais rápido do que o restante do Brasil”.⁷⁵ De fato, os efeitos da penetração do capital na Região Norte

⁷⁴ Browder & Godfrey (1997, p.1-5)

⁷⁵ Becker (1990, p.44)

acabaram mudando a estrutura produtiva regional. O mapa regional dos centros urbanos contemporâneos revela uma concentração de cidades na Amazônia paraense, próxima a cidade de Belém, no Sudeste do Pará e também no meio da bacia do rio Amazonas entre Santarém e Manaus. O recente processo de urbanização da Amazônia reflete, em parte, uma continuação do crescimento das principais cidades de Belém e Manaus, cada uma tornando-se um centro de uma ampla região metropolitana que irradia seus efeitos econômicos e culturais às cidades mais próximas.

Na Amazônia paraense, o processo de urbanização em curso ocorre pelo aparecimento de novas cidades e pela mudança do tamanho das existentes. A dimensão das mudanças urbanas ocorridas vai além das novas relações econômicas. De fato, a reestruturação urbana e intra-regional implica também uma mudança do modo de vida que invade também o ambiente rural. As cidades ligadas as indústrias de mineração, madeireira, siderúrgica e de construção civil têm experimentado novo dinamismo que estão alterando a rede urbana da Amazônia paraense, seja através da multiplicação de novos núcleos urbanos, planejados ou não, seja pela reestruturação de núcleos urbanos tradicionais que alcançam a categoria de centros urbanos regionais. Ademais, o novo de urbanização concentrada tem contribuído para perda da importância econômica da cidade de Belém em face da expansão econômica da fronteira no *hitherland* e do crescimento das pequenas e médias cidades fora de sua orbita (Trindade Jr, 1998).

Há três tendências à concentração urbana nas grandes aglomerações humanas da Amazônia, paraense, por mais que a nível nacional, em particular em São Paulo, venha se observando um nítido processo de desconcentração urbana. A primeira tendência se manifesta claramente no principal centro urbano do estado do Pará – a Região Metropolitana de Belém (RMB). Na RMB, 70,86% da população reside em área urbana, o que significa que cinco municípios da RMB concentra 29% da população urbana do estado do Pará, como pode ser visto na Tabela 14. A segunda tendência está relacionada a proliferação das pequenas cidades, grande parte delas sendo sedes dos novos municípios criados depois da Constituição de 1998 que elevou os municípios a categoria de ente federado

Tabela 14: População Residente na Região Metropolitana de Belém: 2000

Discriminação	Total (A)	Urbana (B)	(B/A)%	(B/C)%
RMB	1795536	1272354	70,86	29,00
Belém	1280614	1272354	99,35	20,68
Ananindeua	393569	392657	99,77	6,36
Marituba	35546	20912	58,83	0,57
Benevides	74429	64884	87,18	1,20
Santa Barbara	11378	4009	35,23	0,18
Pará (C)	6192307	4120693	66,55	100,00

Fonte: IBGE.

Pela Tabela 15, nota-se que os 406 municípios do Norte, com população até 50.000 habitantes, representam 67,27% dos 449 municípios com cidades pequenas. Os 41

municípios do Norte, com população variando de 50.001 até 500.000 habitantes, representam 9,13% do total dos municípios da região com uma população urbana de 4.436.083 habitantes. Nessa faixa da população, encontram-se as 15 cidades médias da Região Norte. Os 22 municípios do Pará, com população entre 50.001 até 500.000 habitantes, representam 15,39% dos 143 municípios com uma população urbana de 2.323.662 habitantes.⁷⁶ Nesta mesma faixa da população urbana estão as cidades médias paraenses que totalizam 8 cidades. Por fim, os municípios com população acima de 500.001 habitantes estão as duas mais importantes grandes cidades da Região Norte – Belém e Manaus.

Tabela 15: Distribuição da População por Municípios do Pará e da Região Norte:2000

Habitantes	Pará		Norte		(A/B)%
	Municípios	%	Municípios	%	
Até 5.000	3	2,10	98	21,83	3,06
De 5.001 até 10.000	15	10,49	91	20,27	16,48
De 10.001 até 20.000	42	29,37	113	25,17	37,17
De 20.001 até 50.000	60	41,96	104	23,16	57,69
De 50.001 até 100.000	17	11,89	29	6,46	58,62
De 100.001 até 500.000	5	3,50	12	2,67	41,67
500.001 e acima	1	0,70	2	0,45	50,00
Total	143	100,00	449	100,00	31,85

Fonte: IBGE.

Por fim, verifica-se uma terceira tendência de crescimento do número e da importância dos centros sub-regionais que, no Pará, conta com as cidades de Santarém, Castanhal, Marabá e Barcarena completando a rede urbana em formação na Amazônia paraense.⁷⁷

Referências

- ANDRADE, M.C. de. (1977). *Espaço, Polarização e Desenvolvimento*. São Paulo, Grijalbo.
- ANDRADE, Thompson de & SERRA, Rodrigo, (2002). “Notas sobre a experiência de crescimento recente das cidades médias brasileiras”. In: *Unidade e Fragmentação: A Questão Regional no Brasil*. Anita Kon (Org.). São Paulo, Perspectiva.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de (1995). “Nordeste, Nordestes, Que Nordeste”. In: *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo, UNESP.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. (2000). “Brasil nos Anos 90: opções estratégicas e a dinâmica regional”. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências*. Rio de Janeiro, Revan/Fase.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. (2000). “Brasil: o modelo de desenvolvimento”. In: *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: Heranças e urgências*. Rio de Janeiro, Revan/Fase.
- BENCHIMOL, Samuel (1989). *Amazônia: Planetarização e Moratória Ecológica*. São Paulo, Cered.
- BENCHIMOL, Samuel. (1996). *Manual de Introdução à Amazônia*. Manaus, Reprográfica.

⁷⁶ Brasil & Santos & Teixeira (2004, p.100-102); Pereira (2006, p.36-40)

⁷⁷ Pereira (2006, p.35-45)

- BECKER, Bertha K. (2004). “Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio”. In: *Amazônia Terra & Civilização: Uma trajetória de 60 anos, Vol.I*. Armando Dias Mendes. (Org.). Belém, Banco da Amazônia.
- BECKER, Bertha K. (2005). “Dinâmica Urbana na Amazônia”. In: *Economia e Território*. Clélio Campolina Diniz & Mauro Borges Lemos (Org.). Belo Horizonte, UFMG.
- BRASIL, Marília Carvalho, SANTOS, Carlos Augusto dos & TEIXEIRA, Pery (2004). “A População da Amazônia (1940 a 2000)”. In: *Amazônia: Terra & Civilização: Uma trajetória de 60 anos*. Armando Mendes (Org.). Belém, Banco da Amazônia.
- BRASIL, M.C. & MOURA, H.A de (1997). “Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.137, nº 1, jan/jun.
- BROWDER, John O & GODFREY, Brian J (1997) *Rainforest Cities: Urbanization, Development, and Globalization of the Brazilian Amazon*. New York, Columbia University Press.
- COSTA, José Marcelino M. da. (1979). Amazônia: Recursos Naturais, Tecnologia e Desenvolvimento (Contribuição para o Debate). In: *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. José Marcelino Monteiro da Costa. (Ed.). Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- CANO, Wilson. (1985). *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo, Global.
- CANO, Wilson (1986). *Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento*. Campinas, EEMPLASA. (Texto elaborado para o seminário “A cidade e a nova ordem econômica”).
- CANO, Wilson. (1988). “O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo”. In: *A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo (1920-1980)*. Wilson Cano. (Coord.). São Paulo, SEADE/FECAMP.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte & LIMA, José Júlio Ferreira (2006). “Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?” In: *O Rural e o Urbano na Amazônia: Diferentes Olhares em Perspectivas*. Belém, UFPA.
- CARVALHO, Maryan J. Cutrim. (1987). *Os padrões da ação planejadora do Estado na Amazônia: 1975-1985*. Belém, UFPA/NAEA. (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)
- CARVALHO, David Ferreira. (1994). “Industrialização tardia e grandes projetos na Amazônia”. In: *Amazônia e a Crise de Modernização*. Maria Ângela D’Incao & Isolda Maciel Silveira. (Org.). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- CARVALHO, David Ferreira. (2002). “Amazonia and the Regional Questão in the Context of Globalisation” In: *Globalisation and Sustainable Development in Latin America: perspectives on the new economic order*. Suranjit Kumar Saha and David Parker. (Ed.). Cheltenham/UK, Edward Elgar.
- CARVALHO, David Ferreira. (2002a). “Industrialização Regional e Desenvolvimento da Amazônia”. In: *O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o Desenvolvimento da Amazônia*. Belém, Banco da Amazônia.
- CARVALHO, David Ferreira. (2005). “O Ciclo da Industrialização no Brasil e na Amazônia na Dinâmica Regional Centro-Periferia nos Anos 90”. In: *Ensaio Selecionados sobre a Economia da Amazônia nos Anos 90*. Belém, Ed. Unama.

- CARVALHO, David Ferreira. (2005a). “Integração Regional e Possibilidades de Ampliação do Mercado Externo à Amazônia”. In: *Ensaio Seleccionados sobre a Economia da Amazônia nos Anos 90*. Belém, Ed. Unama.
- CASTRO, Antônio Barros de. (1975). “Indústrias regionais e a industrialização central”. In: *7 Ensaio sobre a Economia Brasileira*, Vol.I. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- CASTRO, Antônio Barros de. (1975). “A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro”. In: *7 Ensaio sobre a Economia Brasileira*, Vol.II. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- CASTRO, Antônio Barros de & SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. (1985). *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra;
- CASTRO, Edna & SANTOS, Maria Antonieta. (2006). “Belém de água e de portos: ação do Estado e a modernização na superfície”. In: *Belém de águas e ilhas*. Edna Castro. (Org.). Belém, CEJUP.
- CORREIA, L de M. (1967). *A Borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus. Governo do Amazonas.
- CORRÊA, R;L.(1991). “A Organização urbana”. In: IBGE. Rio de Janeiro, IBGE.
- CORRÊA, Roberto Ribeiro. (2004). “Basa: seis décadas de mudança institucional”. In: *Amazônia, Terra e Civilização: uma trajetória de 60 anos*, V.II. Armando Dias Mendes (Org.). Belém, Banco da Amazônia.
- DINIZ, Clélio Campolina & LEMOS, Mauro Borges. (1989). “Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil”. In: Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas, V.3. Brasília, IPEA/ IPLAN.
- DINIZ, Clélio Campolina. (1993). “Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização”. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v.3, n.1.
- DINIZ, Clélio Campolina (1994). *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília, IPEA.
- DINIZ, Clélio Campolina & CROCCO, Marco Aurélio. (1994). Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. In: *Revista Nova Economia/UFMG*. Vol.06, nº 1, Belo Horizonte.
- DINIZ, Clélio Campolina. (2002). “A Nova Configuração Urbano-Industrial no Brasil”. In: *Unidade e Fragmentação: A Questão Regional no Brasil*. Anita Kon (Org.). São Paulo, Perspectiva.
- ENRIQUEZ, Maria Amélia Rodrigues (2007). *Mineração no Pará: uma agenda pró-ativa para ampliar e potencializar os benefícios regionais*. Belém, FIEPA.
- FAURE, Jean-François, PROST, Thereza & CASTRO, Edna. (2006). “Avaliação multitemporal da expansão urbana e de seus efeitos na Área Metropolitana de Belém e Região das Ilhas”. In: *Belém de águas e ilhas*. Edna Castro. (Org.). Belém, CEJUP.
- FURTADO, Celso. (1961). *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- GALVÃO, Olímpio J.A. (1991). “Concentração industrial no Brasil segundo os censos, 1907-1989”. *Análise Econômica*. 9 (15).
- GUIMARÃES NETO, Leonardo (1986). *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. Campinas, IA/UNICAMP. (Tese de doutorado)

- GUIMARÃES NETO, Leonardo (1995). “Desigualdades Regionais e Federalismo”. In: *Federalismo no Brasil*. Rui de Britto Álvares Affonso & Pedro Luiz Barros Silva. (Org.). São Paulo, UNICAMP.
- HOBBSAWM, Eric J. (1979). *A Era do Capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- INCRA (1972). *Projeto de Integração Nacional (PIN)-Colonização da Amazônia*. Brasília, Ministério de Agricultura/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. (1982). *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- OLIVEIRA, Francisco de (2006). “As contradições do ão:globalização, nação, região, metropolização”. In: *Economia Regional e Urbana: Contribuições teóricas recentes*”. Clélio Campolina Diniz & Marco Crocco. (Org.). Belo Horizonte, UFMG.
- PACHECO, Carlos Américo.(1996).
- PACHECO, Carlos Américo. (1998). *Fragmentação da Nação*. Campinas, SP, IE/UNICAMP.
- PANDOLFO, Clara. (1970). *A Transamazônica e a Santarém-Cuibá*. Belém, Sudam.
- PANDOLFO, Clara. (1994). *Amazônia Brasileira: Ocupação, Desenvolvimento e Perspectivas Atuais e Futuras*. Belém, CEJUP.
- PIRES, José Otávio Magno (2005). *O Vale do Alumínio na Amazônia: Sonhos e Realidades*. Belém, UNAMA.
- PROST, Catherine. (2006). Urbanização de risco no Trópico Úmido. In: *Belém de águas e ilhas*. Edna Castro. (Org.). Belém, CEJUP.
- SAWYER, D. (1987).”Urbanização da fronteira agrícola no Brasil”.In:*A urbanização da fronteira*. Lena Lavinas. (Org.). Rio de Janeiro, Publitur/UFRJ. (Série monográfica, 5, v.1)
- SANTOS, Milton (1978). *Por uma geografia nova*. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo, Hucitec/USP.
- SANTOS, Milton (1977). “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 54.
- SANTOS, Milton (1979). *Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Vozes.
- SANTOS, Roberto. (1980). *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T.Q. Queiroz.
- SPVEA (1954). *Programa de Emergência*. Belém, Falângola Editora.
- SPVEA (1955). *I Plano Quinquenal*, 2 Volumes. Belém, Presidência da República.
- TRINDADE Jr., Saint-Clair da & AMARAL, Márcio Douglas & SANTOS, Emanuel Raimundo Costa. ”Estado, políticas urbanas e gestão do espaço na orla fluvial de Belém”. In: *Belém de águas e ilhas*. Edna Castro. (Org.). Belém, CEJUP.